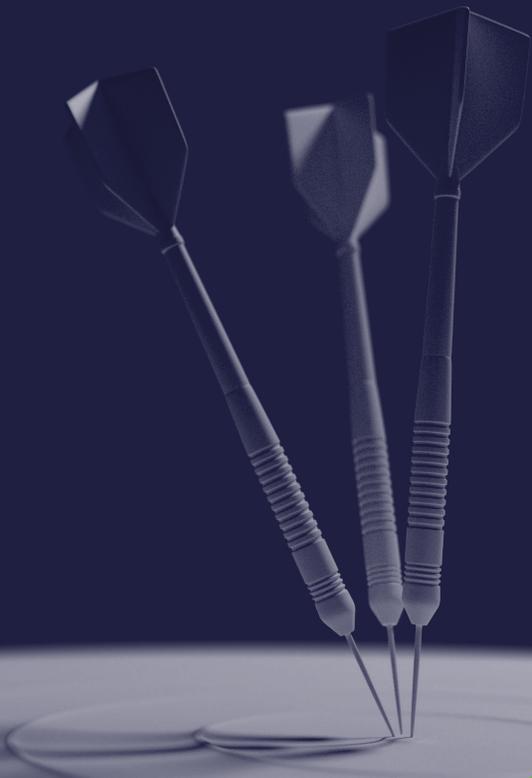


RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO DA
ESTRATÉGIA



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

2022

Presidente

Ministra Rosa Weber

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Mauro Pereira Martins
Richard Pae Kim
Salise Monteiro Sanchothene
Marcio Luiz Coelho de Freitas
Jane Granzoto Torres da Silva
Giovanni Olsson
João Paulo Santos Schoucair
Marcello Terto
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Sidney Pessoa Madruga
Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Gabriel Matos

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Ricardo Fioreze

Diretor-Geral

Johaness Eck

**Secretaria Especial de Programas, Pesquisas
e Gestão Estratégica**

Ricardo Fioreze

Departamento de Gestão Estratégica

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ

Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional

Neuma Christina Lopes Nunes

Chefe da Seção de Planejamento Institucional substituta

Marina Brazil Bonani

Estagiária da Seção de Planejamento Institucional

Verônica Fiuza Carvalho

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Cristine Genú

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Rejane Neves

Projeto gráfico

Eron Castro

Diagramação

Robson Lenin Carvalho

Revisão

Carmem Menezes

Março - 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO DA
ESTRATÉGIA

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7	Objetivo Estratégico 3: Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário	26
MISSÃO E VISÃO DO CNJ	8	Objetivo Estratégico 4: Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica	29
VALORES DO CNJ	9	Objetivo Estratégico 5: Aprimorar as inspeções e correições	35
RESULTADOS	10	Objetivo Estratégico 6: Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais	39
MÉTODO DE APURAÇÃO DOS RESULTADOS	11	Objetivo Estratégico 7: Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos	41
MAPA ESTRATÉGICO – RESULTADO 2022	13	Objetivo Estratégico 8: Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização	45
RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES	14	Objetivo Estratégico 9: Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital	47
RESULTADO CONSOLIDADO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS	15	Objetivo Estratégico 10: Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas	51
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CNJ	16	Objetivo Estratégico 11: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ	56
Objetivo Estratégico 1: Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais	16	Objetivo Estratégico 12: Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo	59
Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias	23	Objetivo Estratégico 13: Estimular a desburocratização no Poder Judiciário	67

Objetivo Estratégico 14: <i>Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade</i>	72
Objetivo Estratégico 15: <i>Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário</i>	74
Objetivo Estratégico 16: <i>Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas</i> ...	79
Objetivo Estratégico 17: <i>Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua</i>	90
Objetivo Estratégico 18: <i>Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário</i>	92
ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA DO CNJ – 2022	96

APRESENTAÇÃO

O ciclo de Planejamento Estratégico do CNJ – período 2021-2026 – foi instituído pela Portaria n. 104 de 30 de junho de 2020, a qual apresenta Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos, bem como dinâmica do monitoramento e atores envolvidos.

No referido instrumento, há previsão de desdobramento da estratégia em indicadores de desempenho, metas, programas, projetos e ações, os quais estão unificados nos documentos Plano Estratégico e Glossário publicados no Portal do CNJ para o público em geral.

Este relatório apresenta o desempenho da estratégia institucional alcançado em 2022, segundo ano de vigência do plano. Os resultados estão apresentados de forma consolidada e também desdobrados em Objetivos Estratégicos, que são compostos por indicadores de desempenho e projetos institucionais.

O Plano Estratégico CNJ 2021-2026 é composto, atualmente, por 40 indicadores, distribuídos em 18 Objetivos Estratégicos e nove temas: Gestão Estratégica e Transparência; Correição e Serventia Extrajudicial; Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, Cidadania e Intersetorialidade; Tecnologia da Informação e Gestão de Dados; Inovação e Desburocratização; Sustentabilidade e Acessibilidade; Comunicação Institucional; Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho; Orçamento e Finanças.

Além dos indicadores, em 2022, o plano foi composto por 35 projetos institucionais.

No decorrer do ano, realizaram-se três Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), com a finalidade de acompanhar periodicamente à execução do Plano Estratégico do CNJ.

MISSÃO E VISÃO DO CNJ

MISSÃO

Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

VISÃO

Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça Brasileira.

VALORES DO CNJ

Proteção dos direitos fundamentais

Garantir que a atuação do Conselho Nacional de Justiça se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, especialmente a igualdade e o acesso à prestação jurisdicional.

Ética

Atuar com ética no cumprimento de suas atividades.

Responsabilidade socioambiental

Observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ.

Integração

Busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade.

Comprometimento

compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização.

Valorização das pessoas

reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado.

Agilidade

celeridade no desenvolvimento das atribuições.

Eficiência

simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas.

RESULTADOS

A seguir, serão apresentados o método de apuração e os resultados do exercício de 2022, de forma consolidada e organizados por Objetivos Estratégicos.



MAIS INFORMAÇÕES PODEM SER ACESSADAS NA PÁGINA DO CNJ:

[https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/
planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/](https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/)

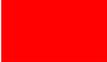
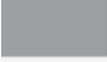
MÉTODO DE APURAÇÃO DOS RESULTADOS

a. Faróis dos objetivos estratégicos (método de apuração)

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS		
PONTUAÇÃO DE INDICADORES E PROJETOS	MÉDIA DOS PONTOS	
	RESULTADO	COR
 3 pontos	2,51 a 3,00	
 3 pontos (só para projetos)		
 2 pontos	1,51 a 2,50	
 1 ponto	0 a 1,50	
 0 ponto	Não mensurado	
 Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	



b. Faróis dos indicadores (método de apuração)

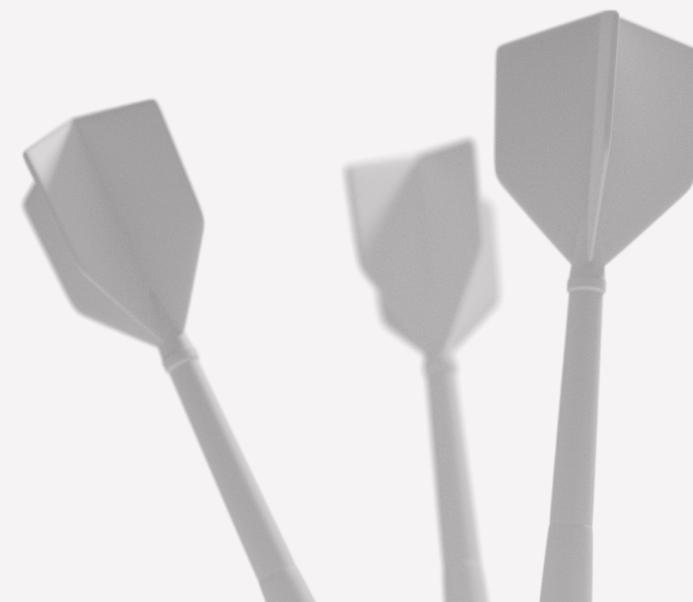
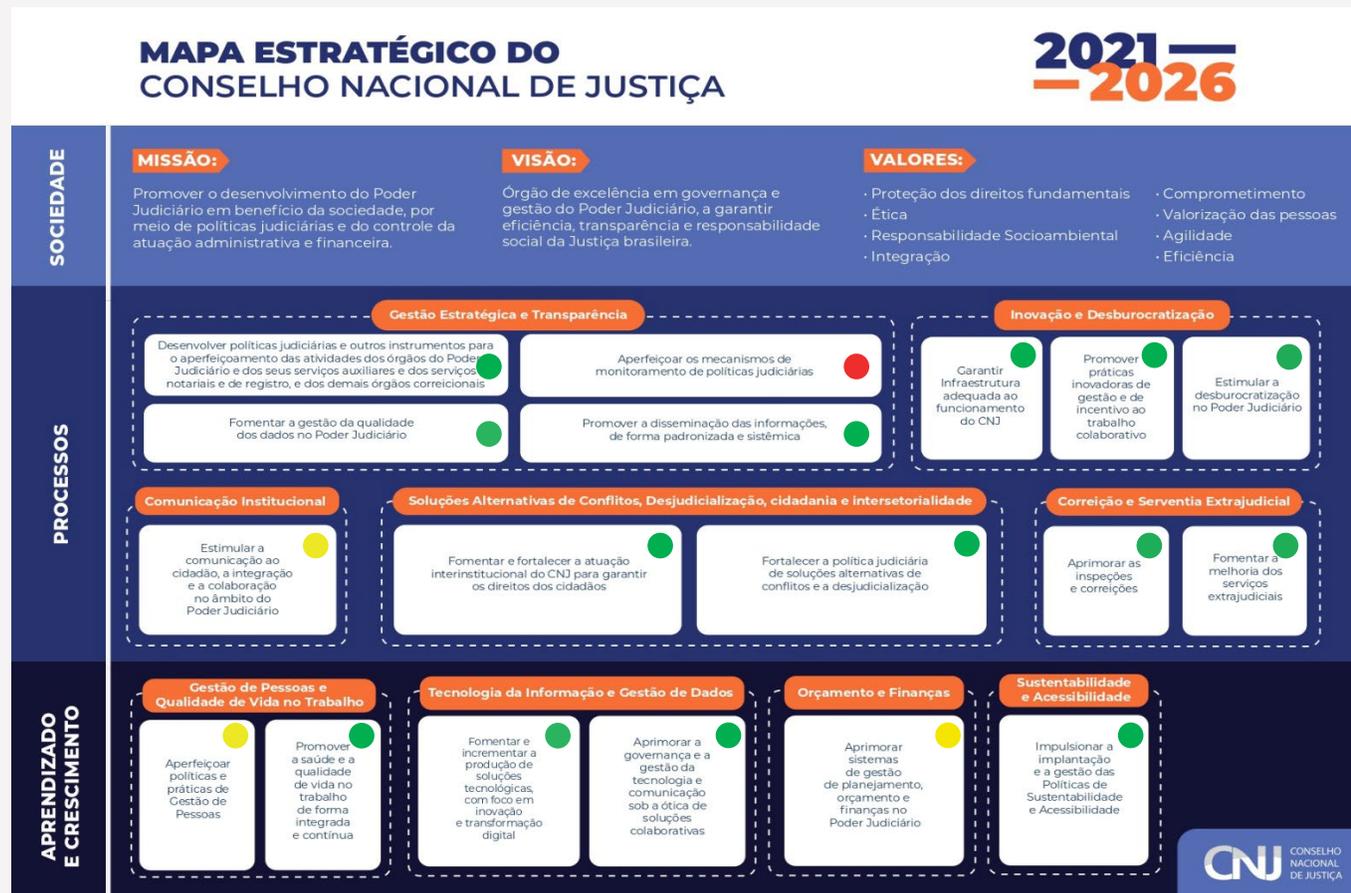
CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Entre 60% e 89% de alcance da meta
	Menor que 60% de alcance da meta
	Fora do período de mensuração
	Não mensurado

c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

Este método poderá ser modificado se o Escritório Corporativo de Projetos (ECP) definir outro que julgue mais adequado.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS	
	Concluído
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta (mas não concluído)
	Entre 60% e 89% de alcance da meta
	Menor que 60% de alcance da meta

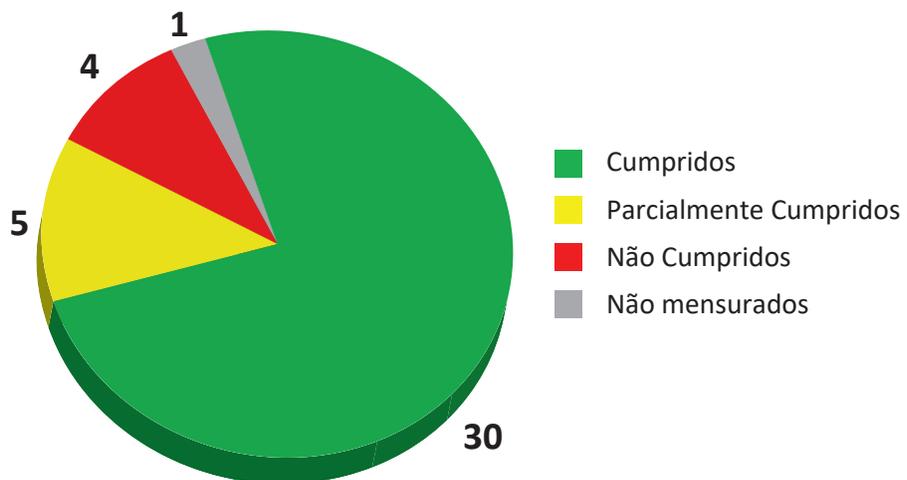
MAPA ESTRATÉGICO – RESULTADO 2022



RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES

Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos

Dezembro 2022



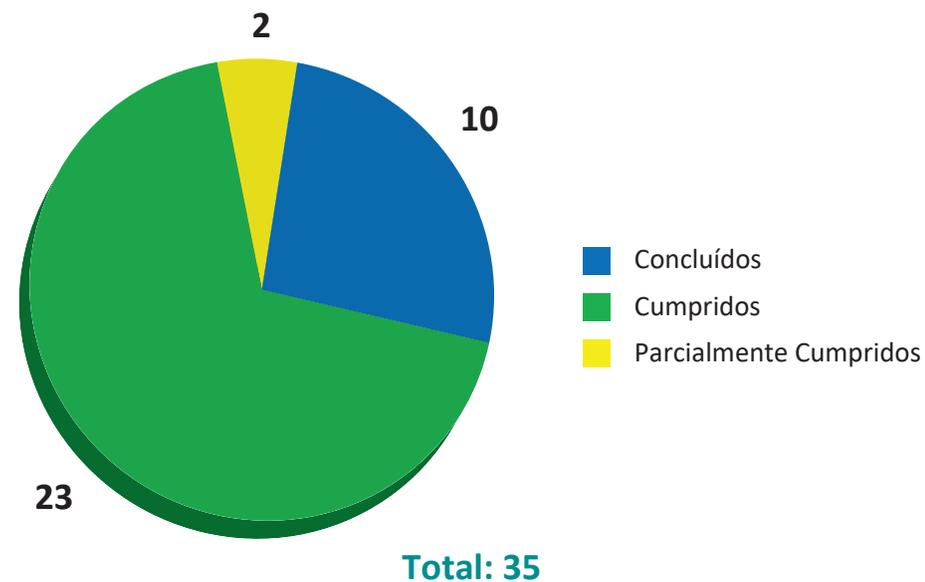
Total: 40

Conforme se observa no gráfico anterior, dos 40 indicadores constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026 – ano 2023, 30 foram cumpridos (75%), cinco parcialmente cumpridos (12,5%), quatro não cumpridos (10%) e um não mensurado (2,5%).

RESULTADO CONSOLIDADO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Conforme se observa no gráfico acima, dos 35 projetos institucionais constantes no Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026 – ano 2023, 10 foram concluídos (28,6%), 23 estão com indicativo de cumprimento (65,7%) e 2 com indicativo de cumprimento parcial (5,7%).

Panorama Geral dos Projetos Institucionais
Dezembro 2022

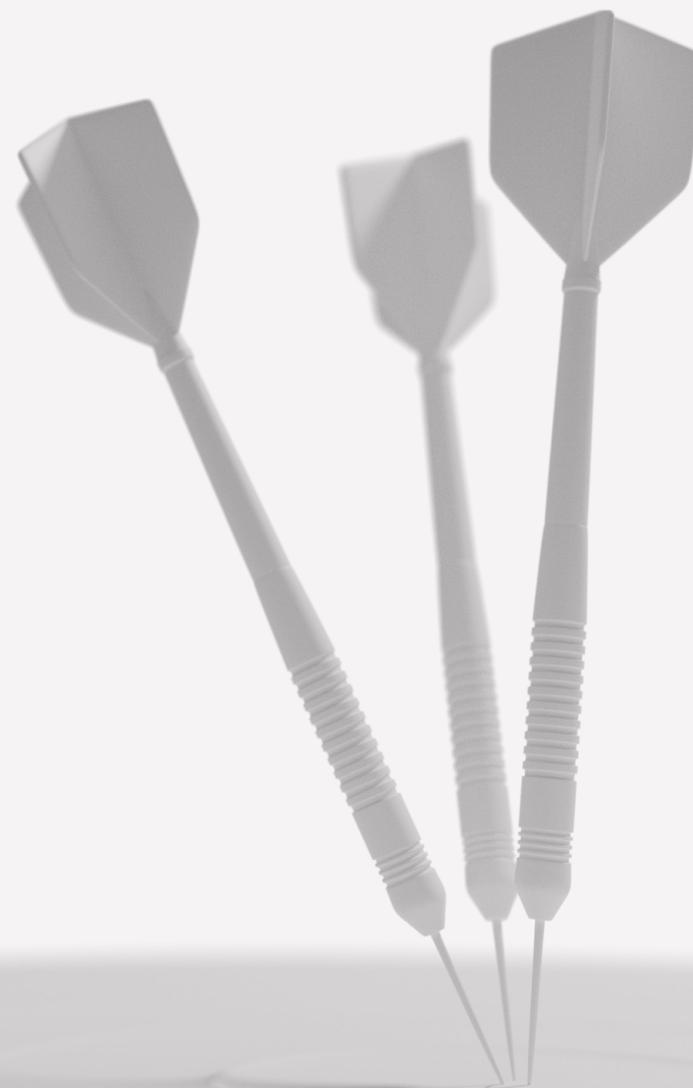


¹ Consideram-se concluídos os projetos institucionais que já atingiram 100% do percentual de cumprimento.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CNJ

Objetivo Estratégico 1: Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais

Consiste na formulação de políticas judiciárias visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional e do bom funcionamento das funções administrativas. Pretende-se, também, coordenar e orientar a implantação das políticas e a análise e consolidação daquelas em vigor.



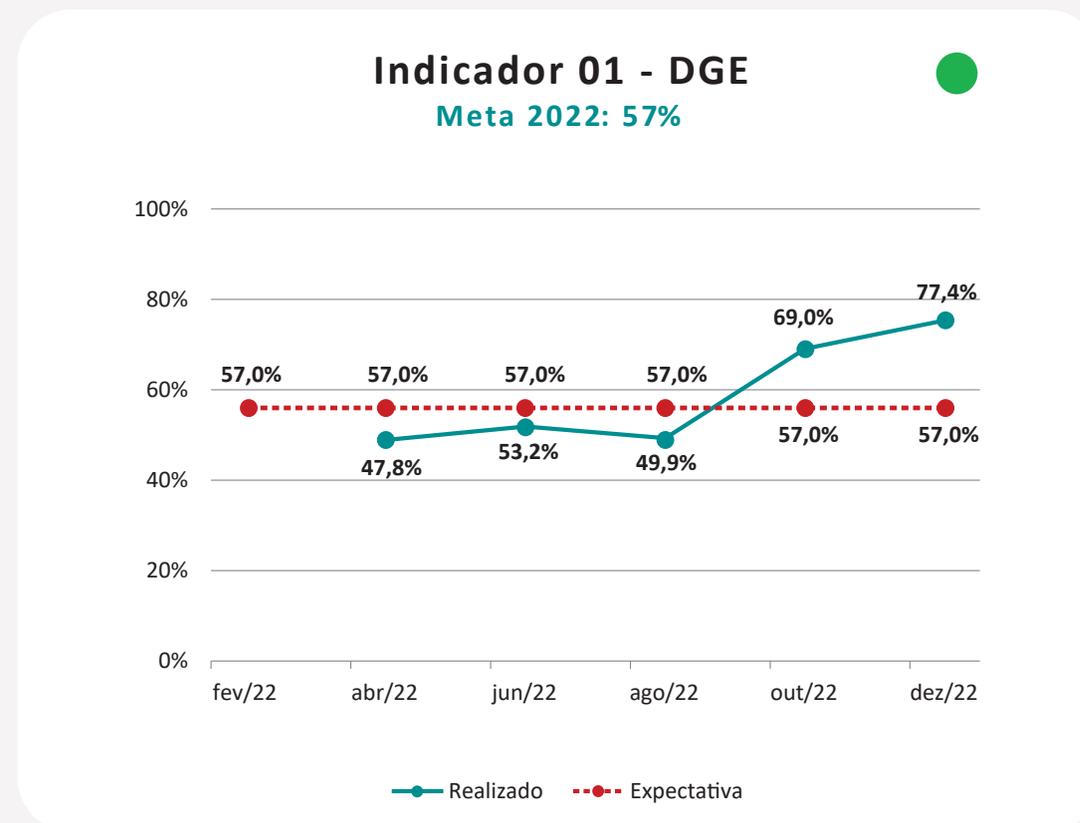
Indicadores de Desempenho

INDICADOR 1:

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS, mede o percentual de tribunais que cumpriram integralmente cada Meta Nacional no período. A responsabilidade de acompanhamento é do Departamento de Gestão Estratégica (DGE).

A unidade informou que no 1º bimestre não foi feita medição porque não foi possível fazer a coleta de dados no período.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

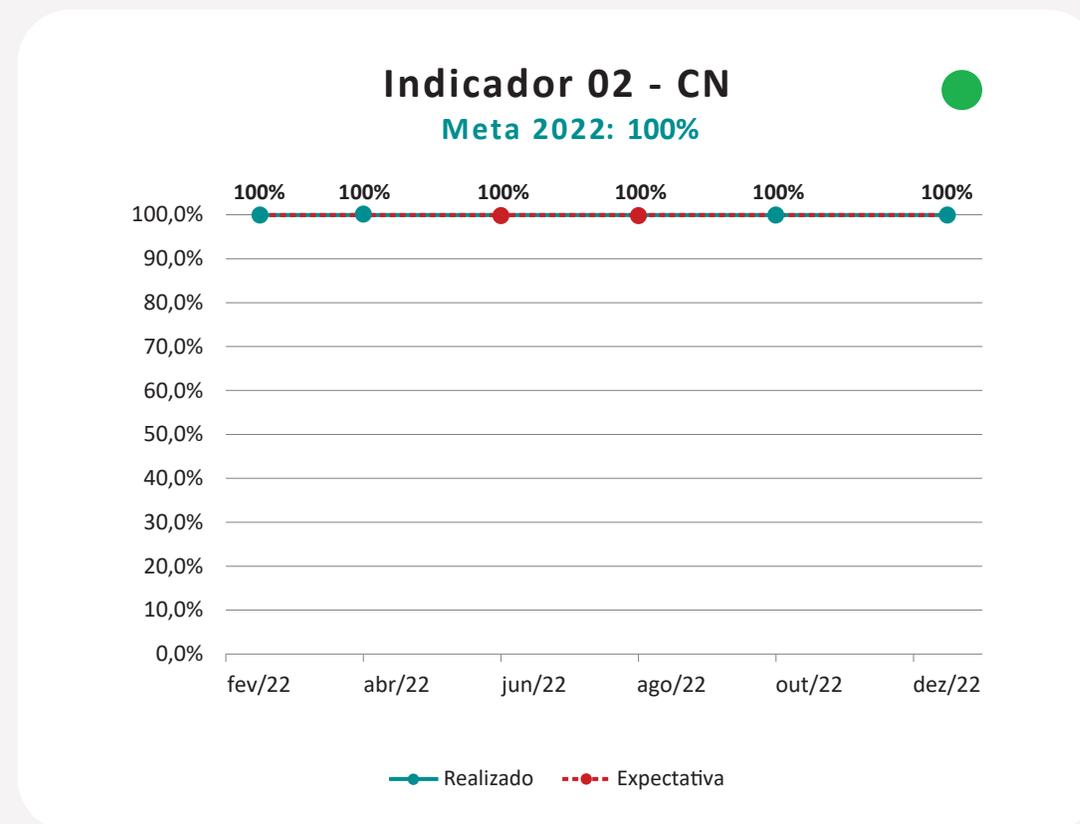


INDICADOR 2:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES JUDICIAIS

mede o percentual de gabinetes de desembargadores acompanhados pela Corregedoria Nacional de Justiça, em parceria com a presidência dos tribunais, entre os identificados nas inspeções e correições realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça que estão com maior dificuldade de cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo de conclusão. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça.

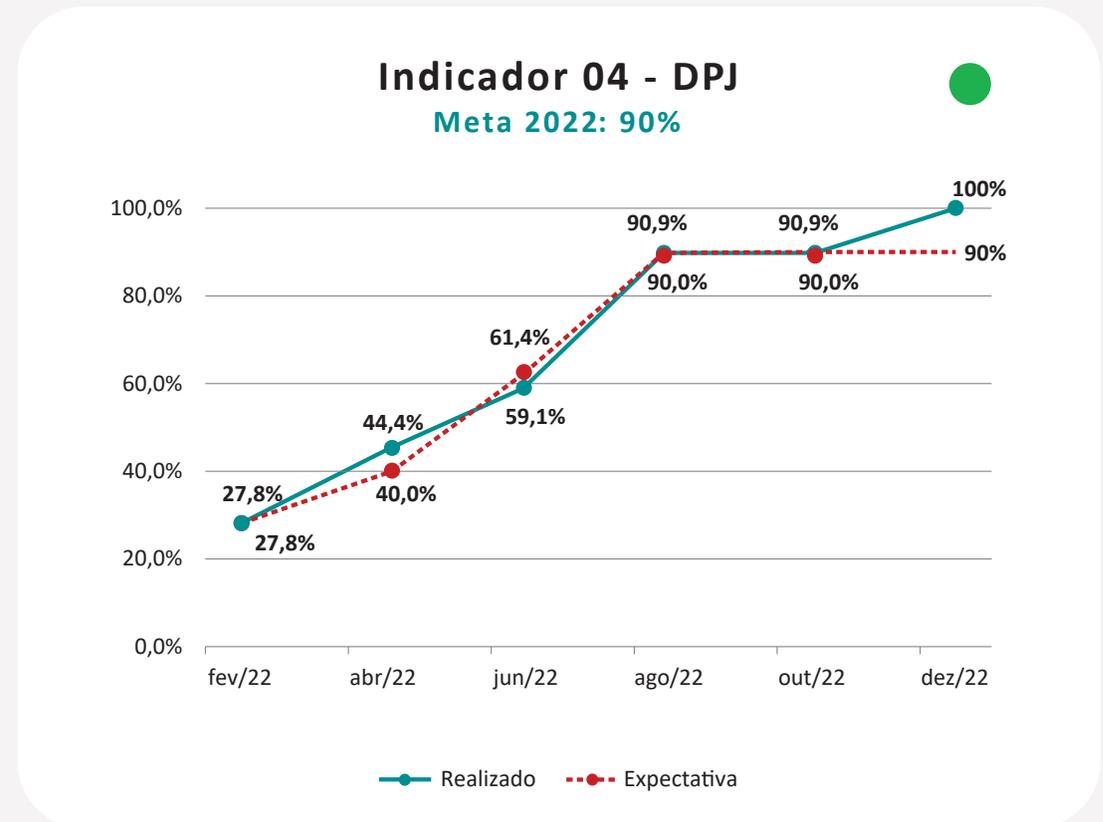
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 4:

ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS PESQUISAS E DOS PAINÉIS mede o percentual de pesquisas e painéis concluídos de acordo com o quantitativo anual fixado pelo Conselho Consultivo do DPJ e pela Administração do CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



PLANEJAMENTO DE RELATÓRIOS DE PESQUISAS PARA 2022

Pesquisa nacional assédio e discriminação no âmbito do Poder Judiciário

Pesquisa 2022 sobre Saúde Mental dos Magistrados e Servidores no contexto da Pandemia da covid-19 - Paineis

Painel de Estatísticas do DataJud

Diagnóstico do Contencioso Tributário (Justiça Pesquisa / INSPER)

Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais

Painel do Eixo 2 - Diagnóstico sobre a Proteção da Criança na Dissolução da Sociedade Conjugal

Painel do Eixo 5 - Estrutura Judiciária e Gestão Administrativa da Política de Infância e Juventude

O Impacto da Covid-19 no Poder Judiciário

Relatório de Diagnóstico dos Tribunais nas Atividades de Saneamento de Dados do DataJud

6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário

Painel Semanas Justiça pela Paz em Casa

Pesquisa do sistema recursal dos Juizados Especiais Federais

Pesquisa sobre dosimetria da Pena

Pesquisa sobre segurança institucional no Poder Judiciário

Pesquisa sobre população LGBTQIA+ vítima de violência

Justiça em Números 2022

Painel do Eixo 2 - Diagnóstico sobre a Proteção da Criança na Dissolução da Sociedade Conjugal e DataJud

PLANEJAMENTO DE RELATÓRIOS DE PESQUISAS PARA 2022 (cont.)

Painel do Eixo 5 - Estrutura Judiciária e Gestão Administrativa da Política de Infância e Juventude

Painel dos Maiores Litigantes

Painel de Judicialização da Saúde a partir do DataJud

Prêmio Juízo verde

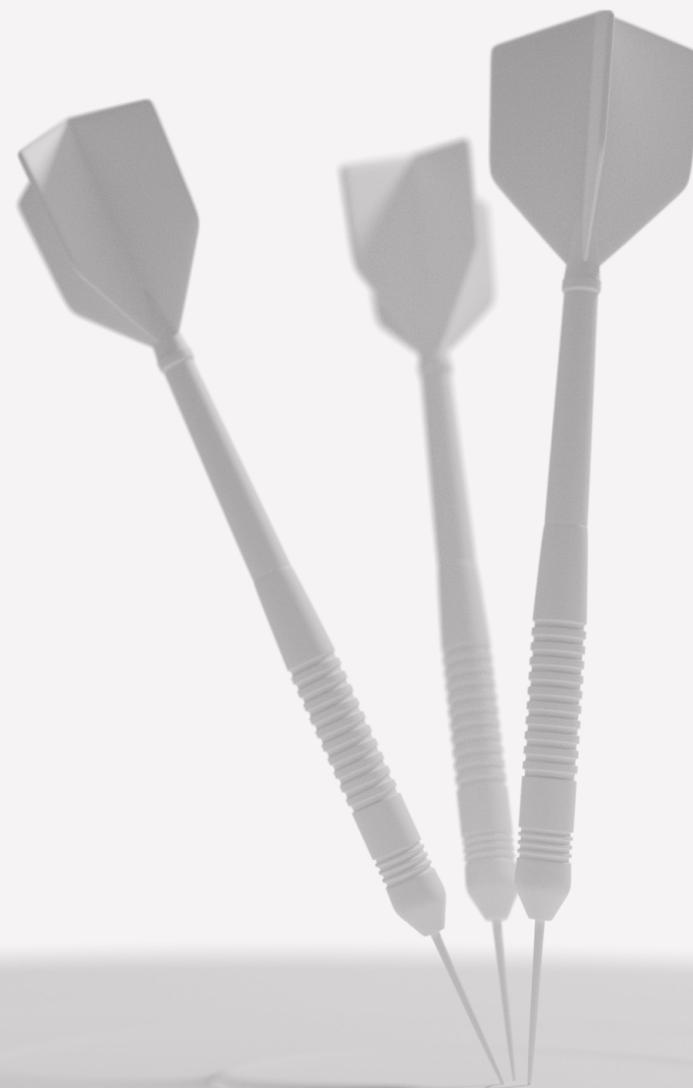
Painel Socioambiental

Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	SISBAJUD – Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário. Desenvolver o Sistema de Busca e Ativos do Poder Judiciário em substituição do BacenJud 2.0.	SEP	100%	100%
●	RENAJUD WS Desenvolver novo sistema de consulta e restrição de veículos automotores e carteira nacional de habilitação e de leilão judicial	SEP	100%	100%

Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias

Pretende-se desenvolver os processos do ciclo de gestão de políticas judiciárias do CNJ, com foco no planejamento e no monitoramento, visando construir um modelo de gerenciamento que permita aprimorar a formulação e o acompanhamento de ações, bem como a apresentação dos resultados alcançados à sociedade.



Indicadores de Desempenho

INDICADOR 5:

ÍNDICE DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NACIONAIS

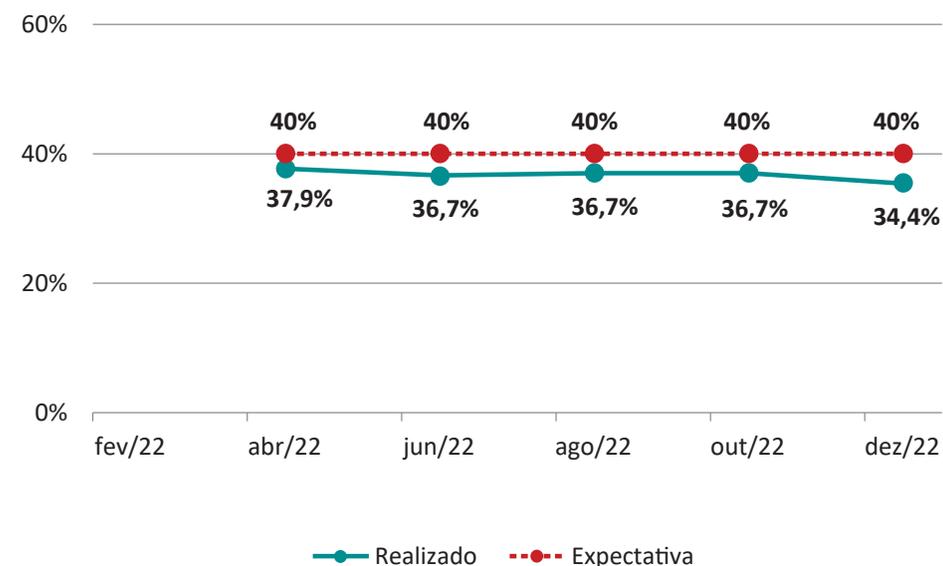
mede o percentual de políticas judiciárias programáticas em execução que possui ao menos um indicador de monitoramento. Considera-se política judiciária programática a política instituída por resoluções do CNJ, com uma instância de governança definida, objetivos que possam ser desdobrados em um plano de ação e cujo resultado pode ser acompanhado por um ou mais indicadores de monitoramento.

Esse é um indicador de medição semestral e, apesar disso, em abril a unidade forneceu dados para a medição.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

Indicador 05 - DGE

Meta 2022: 40%

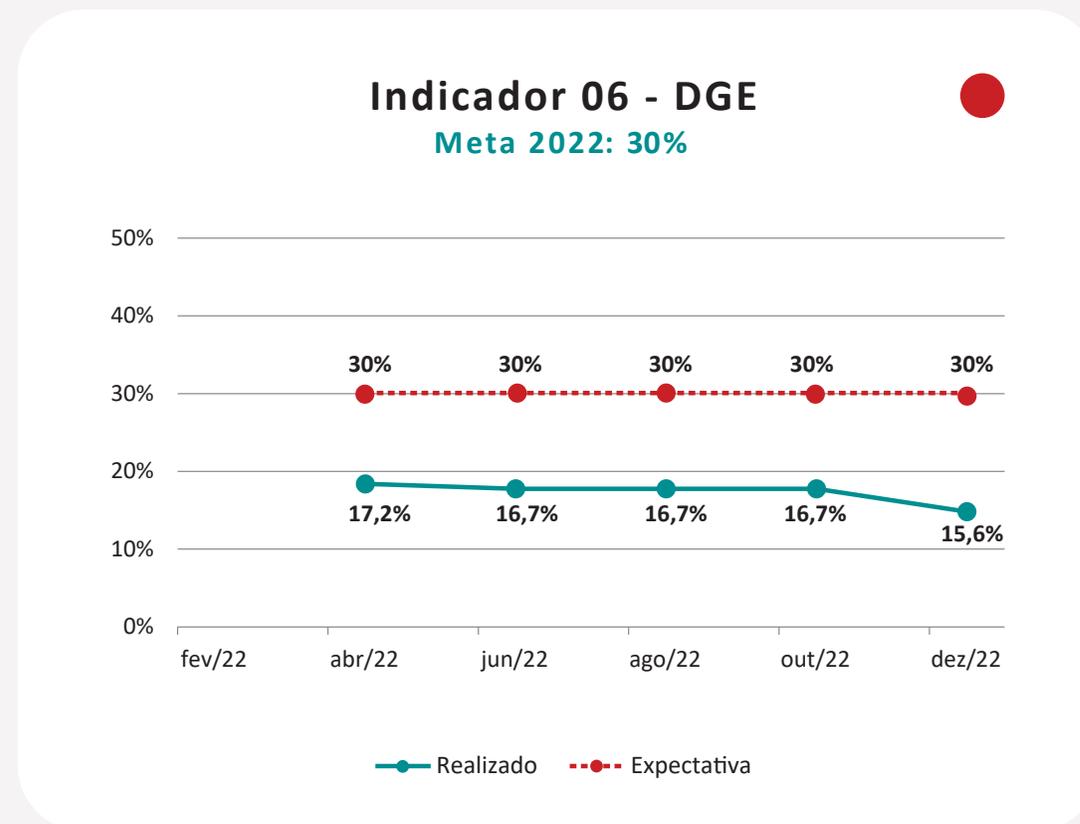


INDICADOR 6:

ÍNDICE DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NACIONAIS mede o percentual de políticas judiciárias programáticas com planejamento formalizado, considerando que o planejamento pode ser formalizado por quaisquer dos seguintes instrumentos: plano de ação, programa, plano de gestão e outros exemplos práticos, como o PDTIC, o PLS e o Plano Estratégico.

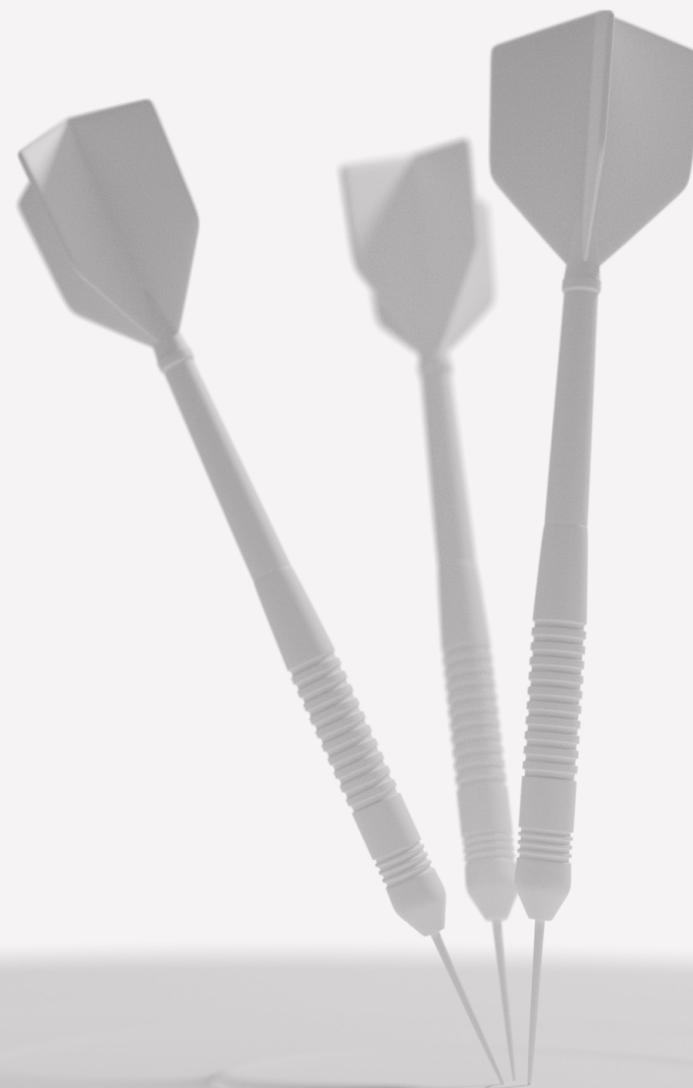
Esse é um indicador de medição semestral e, apesar disso, os dados para a medição foram fornecidos em abril pela unidade.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 3: Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário

Visa definir modelos e padrões para promoção da governança dos dados dos órgãos do Poder Judiciário, e que são necessários à realização dos estudos, das pesquisas e dos relatórios produzidos ou promovidos pelo CNJ. Incorpora a gestão global da informação desde a estruturação do dado, o seu conteúdo, as formas de extração e de transmissão.

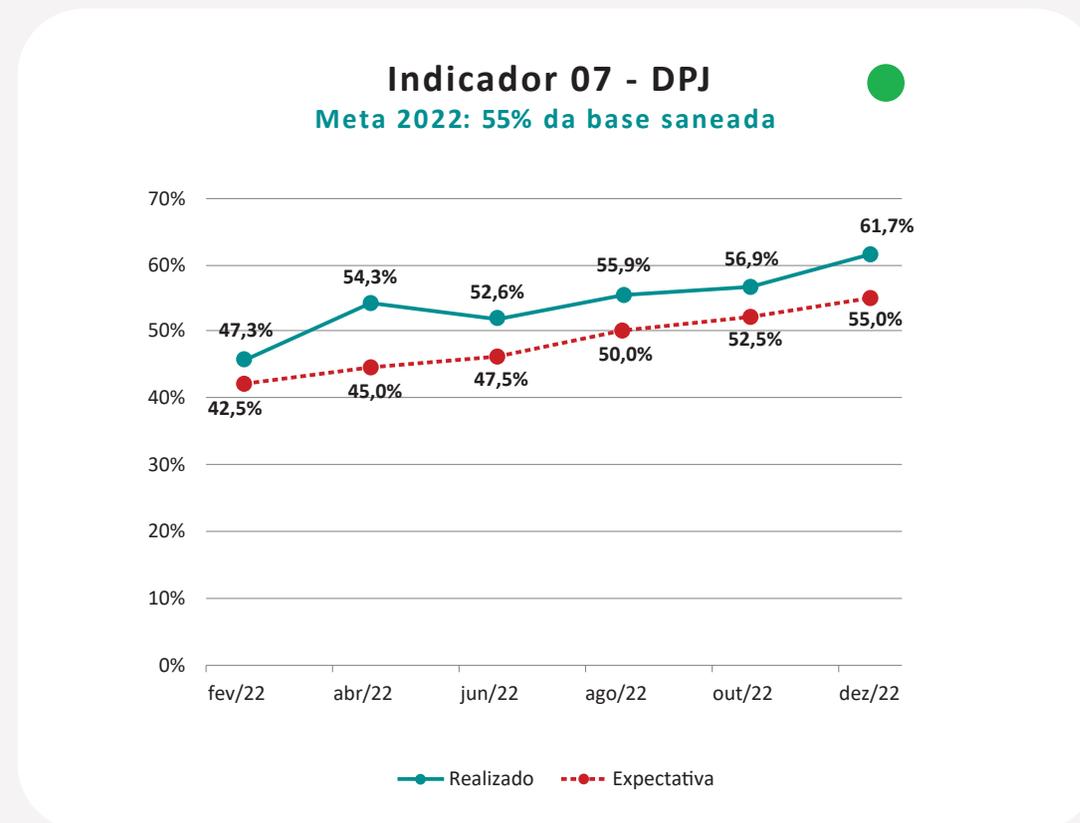


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 7:

INDICADOR DE NÍVEL DE CONSISTÊNCIA MÉDIO DOS TRIBUNAIS NO PAINEL DE QUALIFICAÇÃO DO DATAJUD consiste em melhorar o DataJud, de forma que o nível de inconsistência detectado pelo DPJ nos painéis de qualificação dos dados reduza a cada ano. O nível de inconsistência é medido considerando o percentual de problemas identificados no DataJud, levando-se em consideração ausência ou classificação incorreta de classes, assuntos e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas, dados de partes faltantes ou mal preenchidas, datas inválidas, código de órgão julgador inválido, identificação do grau de jurisdição com erro, entre outros. A meta será dada como cumprida caso o indicador de nível de consistência atinja 95% ou mais. É de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

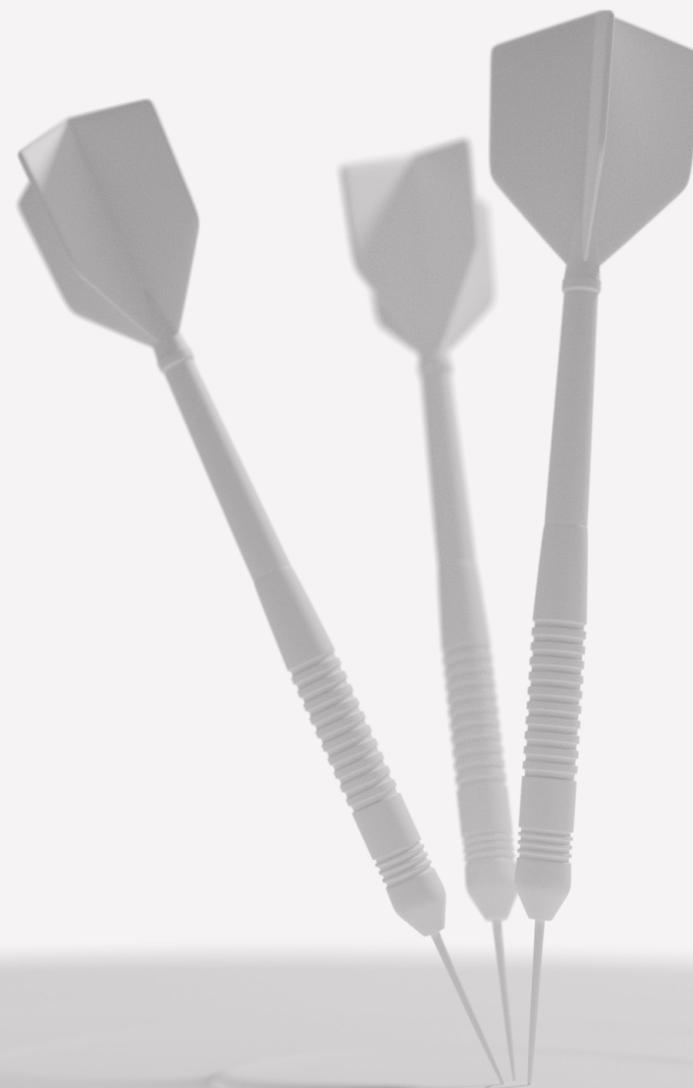


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Painel de Estatística – Justiça 4.0 Produzir novo painel digital, denominada “Painel de Estatística”, seguindo o disposto na Resolução n. 333/2020, que determina a inclusão de campo/espço.	SEP	94%	87%

Objetivo Estratégico 4: Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

Aprimorar, para fins de controle social, os mecanismos de transparência ativa – informação disponibilizada pelos órgãos do Poder Judiciário – e passiva – informação prestada em resposta a uma solicitação externa.

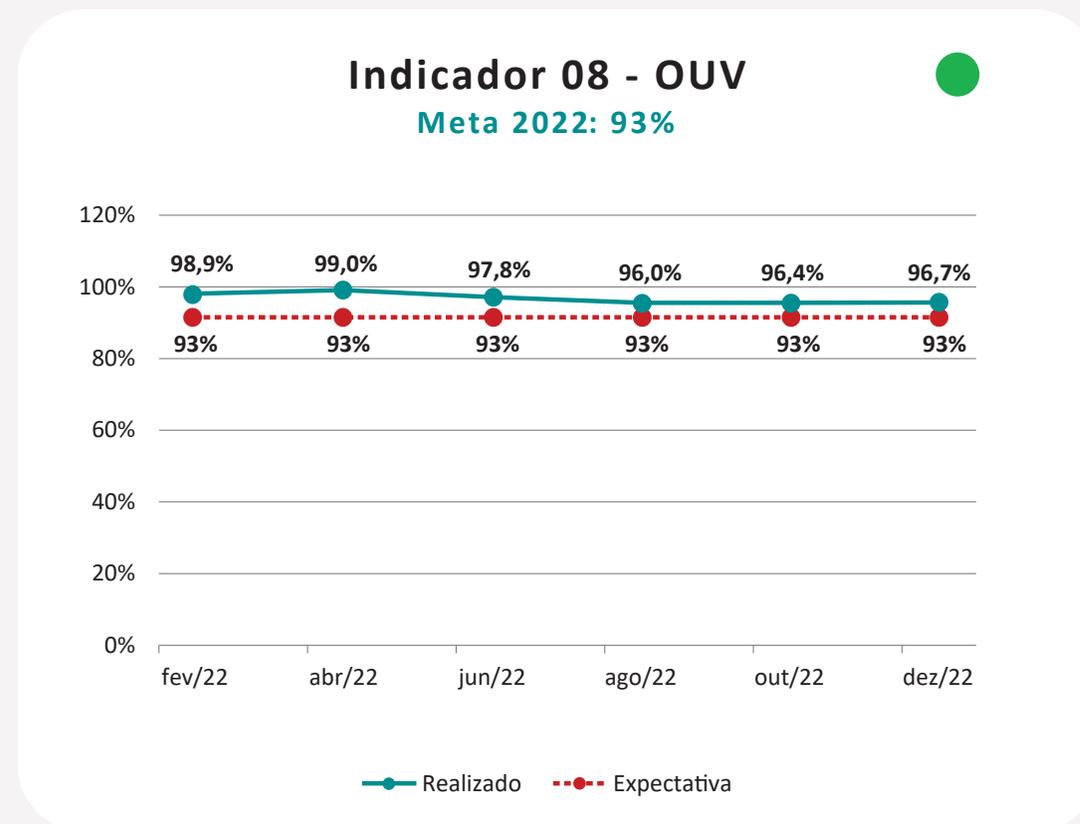


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 8:

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA mede o percentual de respostas às demandas da Ouvidoria realizadas no prazo previsto. É de responsabilidade da Ouvidoria (OUV).

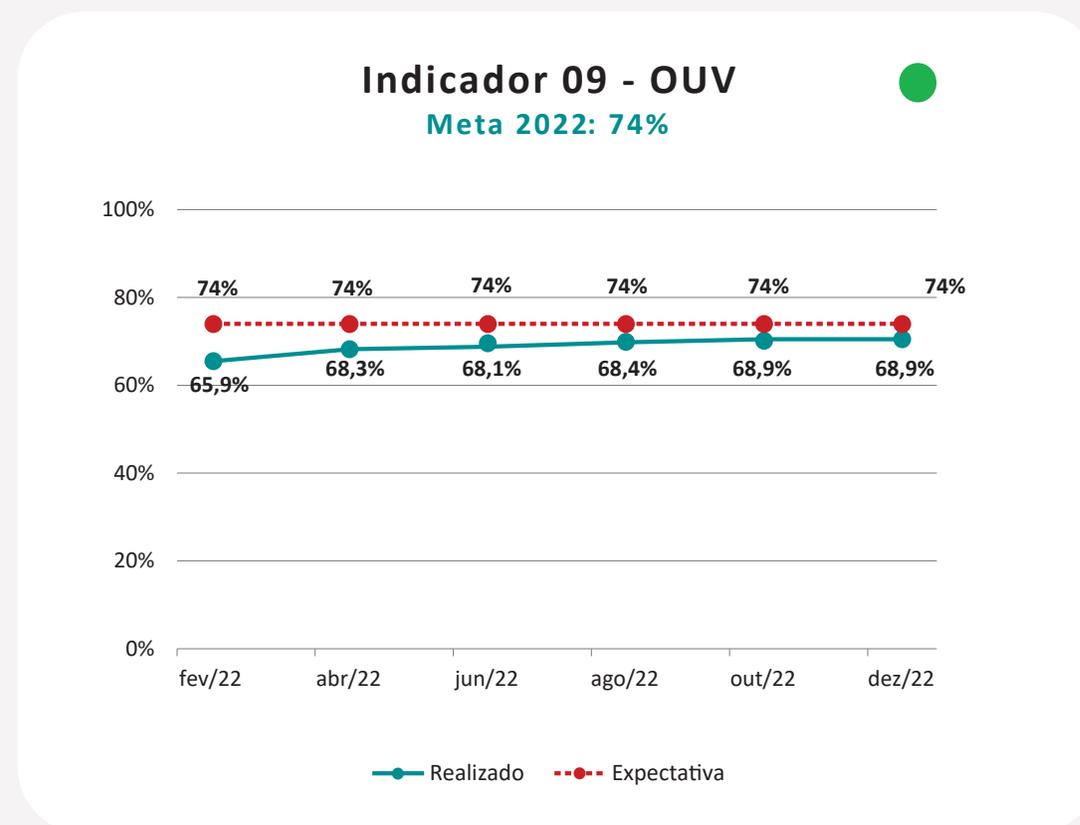
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 9:

SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO DA OUVIDORIA mede o resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria realizada pela unidade. Atribuíram-se pesos aos blocos de itens pesquisados, sendo a medição final do indicador a média ponderada dos resultados alcançados na pesquisa, considerando-se os pesos atribuídos. É de responsabilidade da Ouvidoria (OUV).

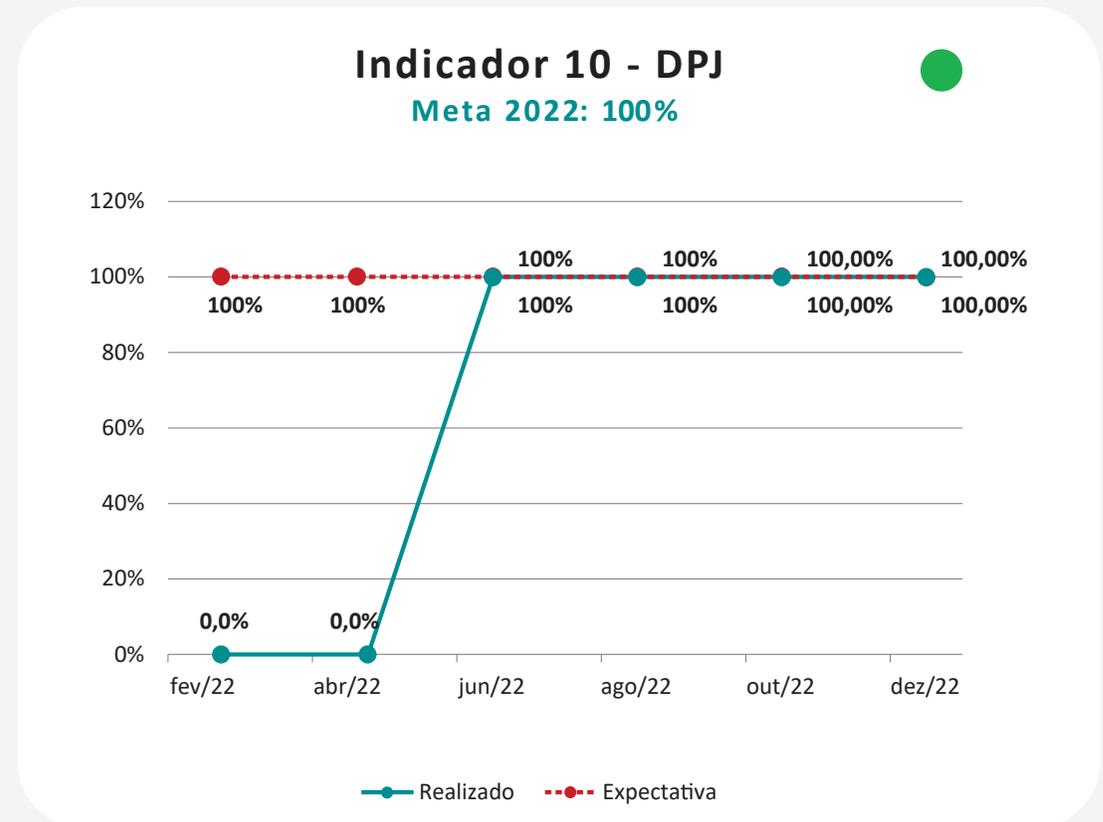
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 10:

ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS DE PESQUISA EM FORMATO ABERTO E NÃO PROPRIETÁRIO mede o percentual de divulgação de informações primárias em formato aberto e não proprietário aptas a fomentar a análise do Poder Judiciário por pesquisadores ou por entidades que estudam e propõem políticas públicas. Não são contabilizadas as pesquisas e fontes de dados que abrangem dados pessoais e sensíveis. É de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



RELAÇÃO DE PESQUISAS PUBLICADAS

6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário

Diagnóstico do Contencioso Tributário (Justiça Pesquisa / INSPER)

Pesquisa do sistema recursal dos Juizados Especiais Federais

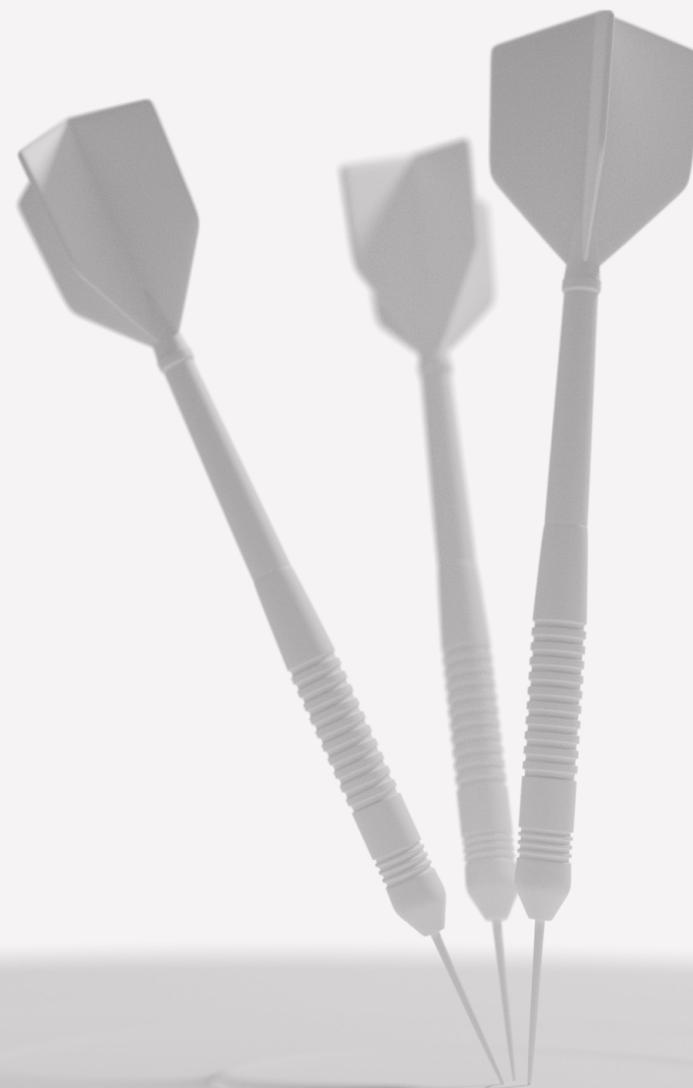
Justiça em Números 2022

Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais Promover a articulação com as demais ouvidorias judiciais visando o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços.	OUV	100%	90%
●	Gestão e transparência das Comissões Permanentes e Colegiados Criação de solução para gestão, monitoramento e transparência das comissões permanentes e colegiados.	SEP	80%	79%

Objetivo Estratégico 5: Aprimorar as inspeções e correições

Criar mecanismos para aperfeiçoar realização de inspeções e correições, buscando, também, prevenir desvios de conduta e práticas que possam caracterizar delitos nos órgãos do Poder Judiciário, na área finalística ou administrativa, com ampla visibilidade dos resultados à sociedade, naquilo que couber; além de estruturação de sistema de gestão da integridade com diretrizes e requisitos de comportamento.



Indicadores de Desempenho

INDICADOR 11:

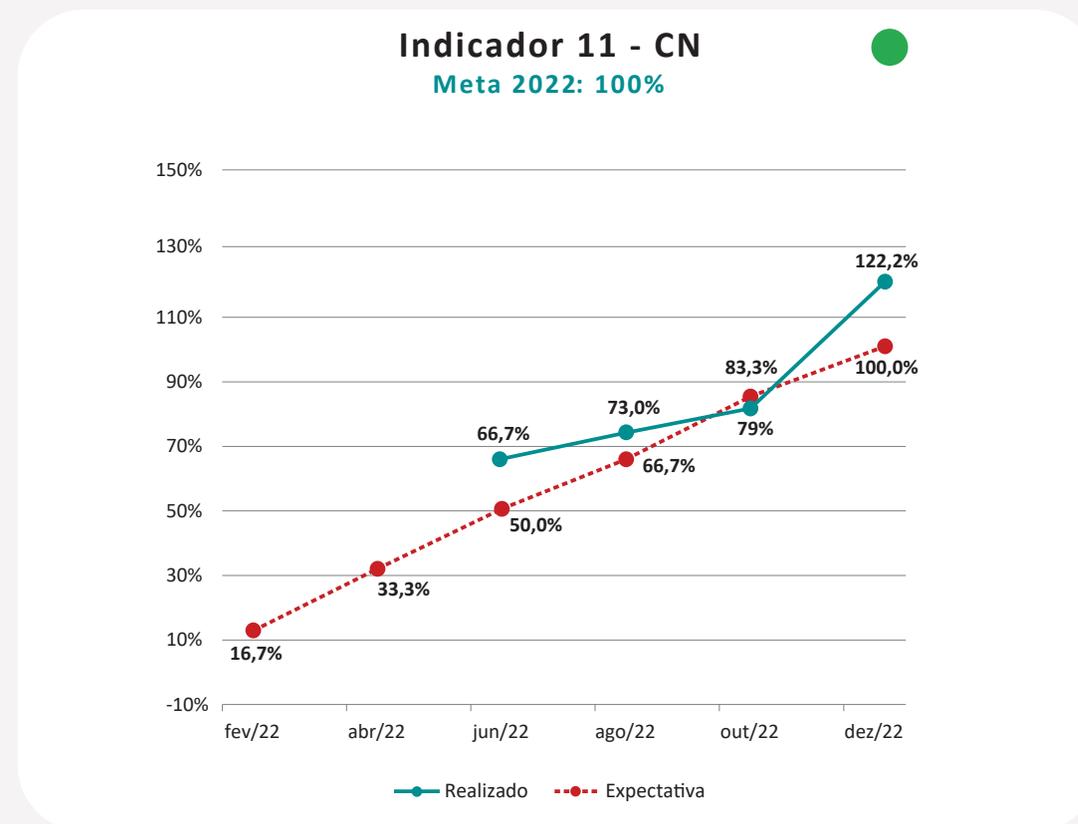
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DAS INICIATIVAS QUE APRIMOREM AS INSPEÇÕES E CORREIÇÕES mede o percentual de execução de todas as ações e de todos os projetos elaborados pela Corregedoria Nacional de Justiça que dizem respeito ao aprimoramento das inspeções e correições. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça (CN).

As iniciativas que compõem esse indicador ficaram pendentes de definição até jun./2022, quando começou a ser mensurado.

Ações/projetos que compõem o indicador:

- ▶ Inspeção anual do funcionamento do sistema SNA;
- ▶ inspeção na Corregedoria da Infância e Juventude (CIJ) de ao menos 20% dos tribunais de justiça programados para serem inspecionados em 2022; e
- ▶ desenvolvimento de ferramenta para monitoramento das determinações e recomendações das inspeções realizadas.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

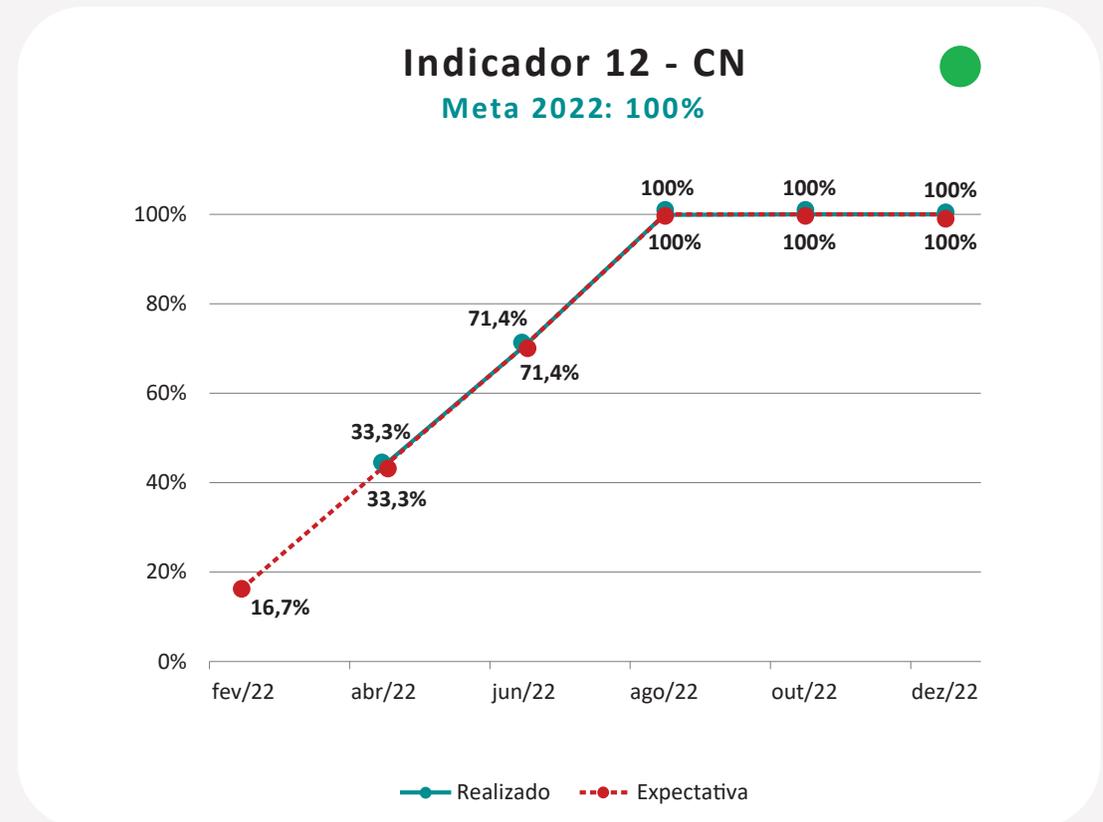


INDICADOR 12:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE INSPEÇÕES mede o percentual de inspeções realizadas no ano de referência. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça (CN).

A unidade informou que as inspeções só começaram a ser realizadas a partir do mês de março, em virtude do aumento da quantidade de casos de Covid-19 que foi observado no 1º bimestre de 2022.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

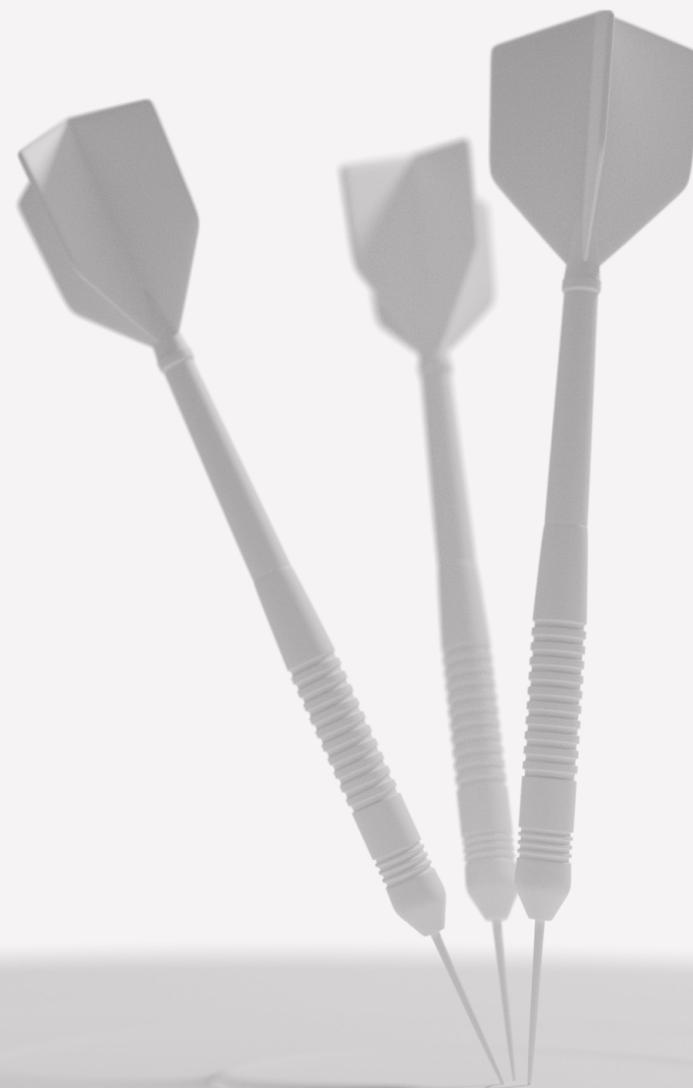


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR) Promover a implantação, a padronização, a configuração e a manutenção do Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR).	CN	100%	87%

Objetivo Estratégico 6: Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

Implementar medidas de aprimoramento e modernização das atividades extrajudiciais, a fim de proporcionar mais eficiência e qualidade à atividade notarial e registral do país.



Indicadores de Desempenho

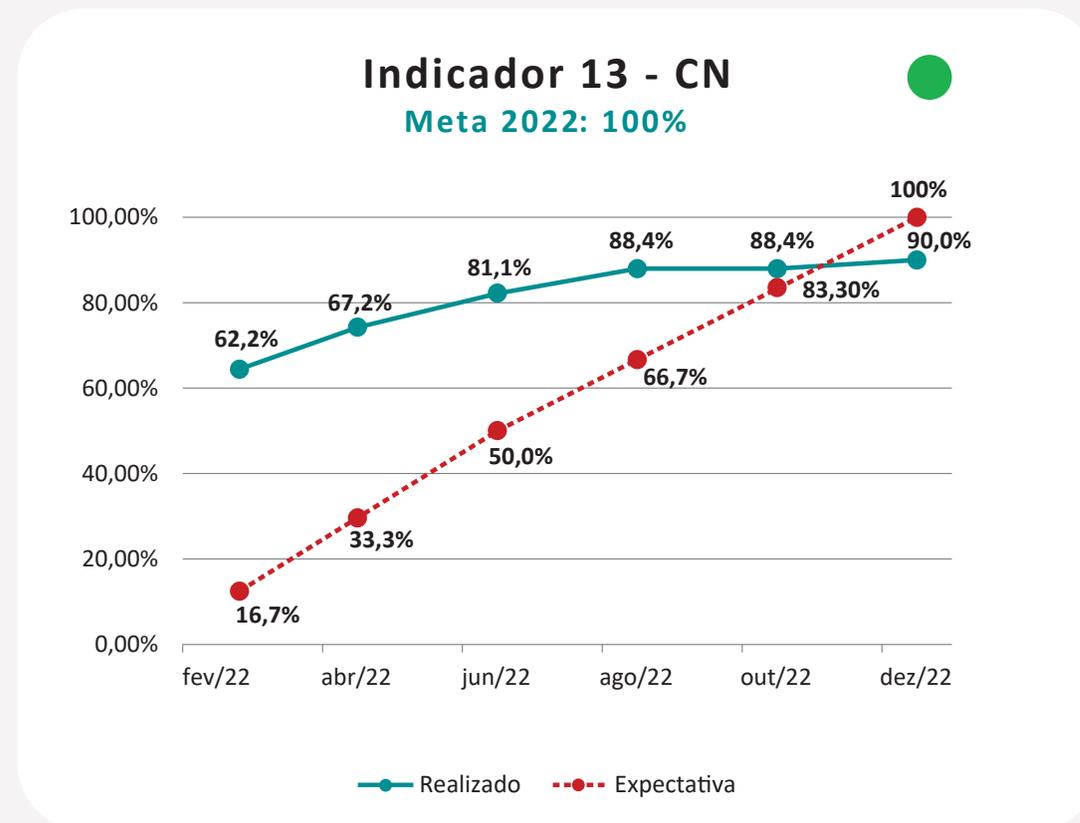
INDICADOR 13:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE FOMENTO À MELHORIA DOS SERVIÇOS EXTRA-JUDICIAIS mede o percentual de execução das ações de aperfeiçoamento dos serviços extrajudiciais. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça (CN).

Ações/projetos que compõem o indicador:

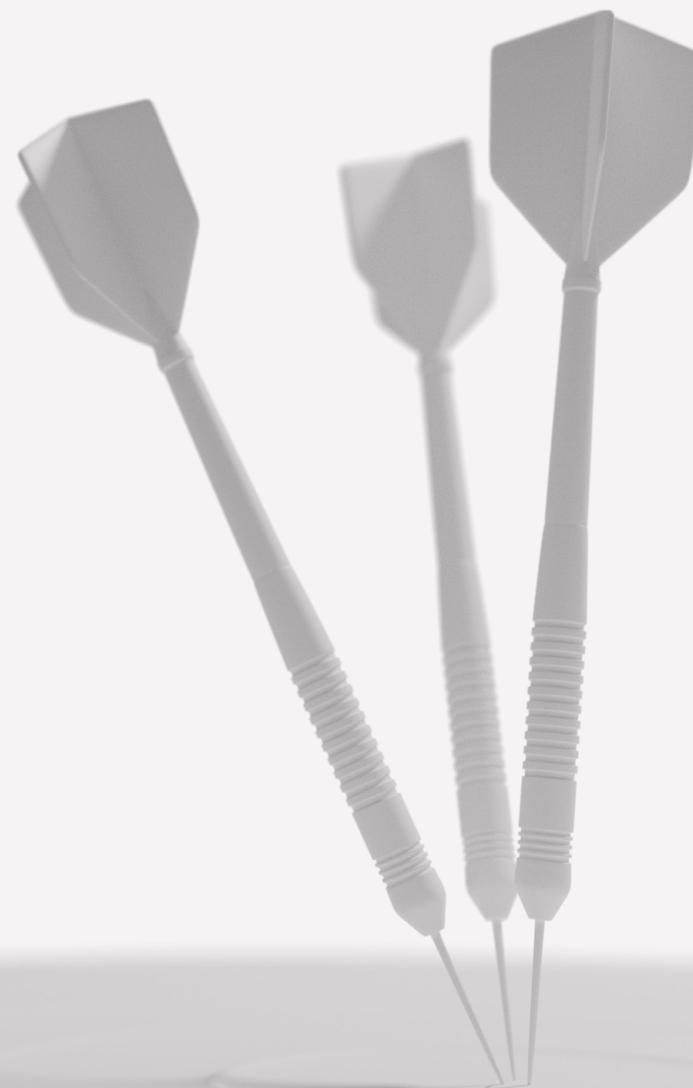
- ▶ Instalação e funcionamento do Agente Regulador do Operador Nacional do Sistema de Registro de Imóveis;
- ▶ Aprimoramento do sistema Apostil;
- ▶ Projeto de Gestão Documental no Extrajudicial;
- ▶ Painel de acompanhamento de concursos de outorga de delegação;
- ▶ Atualização do Sistema Justiça Aberta;
- ▶ Banco de Precedentes da CONR;
- ▶ Livroto de Pareceres da CONR.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 7: Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos

Reforçar a integração do CNJ com órgãos e entidades dos Três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil em busca de proposições e ações que tenham por foco a proteção e a promoção dos direitos humanos por meio de projetos e iniciativas voltados aos direitos fundamentais e de cidadania.



Indicadores de Desempenho

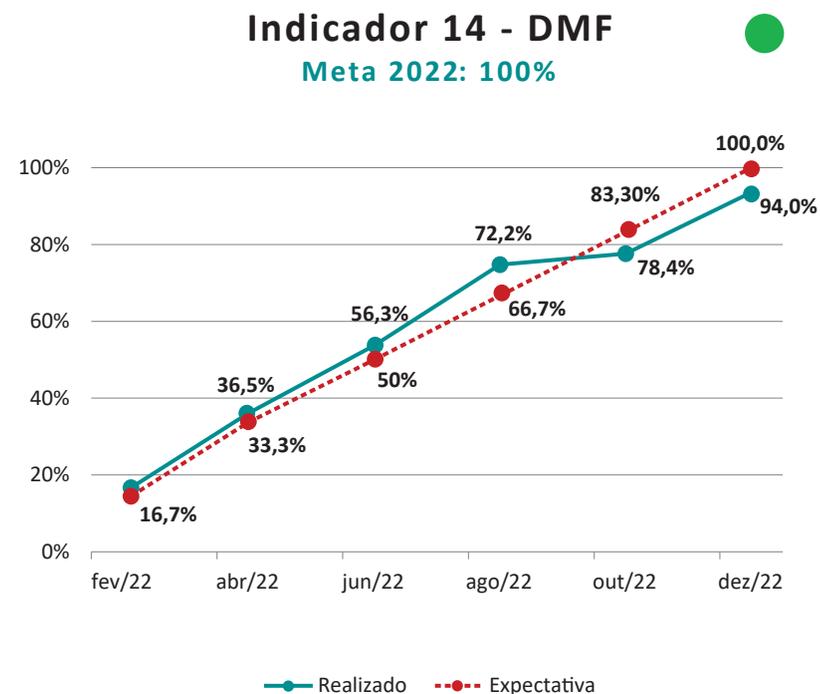
INDICADOR 14:

ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS QUE PROMOVAM OS DIREITOS DE CIDADANIA mede o percentual de implantação dos projetos: Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); Biometria e Documentação da População Prisional; Audiências de Custódia; Controle da Superpopulação; Fomento à Cidadania no Sistema Prisional e Atenção à População Egressa; Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo. É de responsabilidade do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF).

Ações/projetos que compõem o indicador

- ▶ Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU);
- ▶ Identificação e documentação da população prisional;
- ▶ Audiências de custódia, alternativas penais e monitoração eletrônica;
- ▶ Fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção às pessoas privadas de liberdade e egressas; e
- ▶ Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	Depoimento Especial das Crianças e Adolescentes pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais Construção de protocolo de atendimento e de realização de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, oriundas de Povos e Comunidades Tradicionais, conforme previsão do art. 29 da Resolução CNJ n. 299/2019.	Gabinete do Juiz da Justiça do Trabalho	100%	100%
●	Justiça Começa na Infância Promoção de ações para o Marco Legal da Primeira Infância.	SEP	100%	100%
●	Automação de Processos Previdenciários – Justiça 4.0 Solução de <i>software</i> para automação dos acessos a informações das bases de dados do INSS, bem como automação do cumprimento, pelo INSS, das decisões judiciais.	SEP	94%	86%
●	Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro Registro de realização da pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro.	SEP	69%	69%
●	Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+ Registro de realização da pesquisa sobre Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+	SEP	100%	100%
●	Pesquisa “Obstáculos à liberdade de expressão no Brasil” Pesquisa empírica sobre o eixo temático “Obstáculos à liberdade de expressão no Brasil” decorrente de 3º Edital de Convocação da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Projeto Básico e no Edital.	DPJ	3%	3%

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	<p>Justiça Itinerante e Direitos Humanos</p> <p>Execução da Justiça Itinerante para promoção dos Direitos Humanos, especialmente nas áreas de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, questões afetas à violência de gênero, bem como ação de registro de biometria e documentação de presos.</p>	Gabinete Desembargador da Justiça do Trabalho	100%	100%
●	<p>Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos</p> <p>Promoção das atividades do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, a fim de acompanhar e contribuir para a implementação de políticas públicas e práticas institucionais visando ao fortalecimento de uma cultura jurídica de Direitos Humanos no judiciário nacional, com ênfase no controle de convencionalidade.</p>	Presidência/ DMF	97%	97%
●	<p>Ciclo de Debates da Comissão Permanente e Políticas e de Desenvolvimento do Cidadão</p> <p>Realização de Seminários, com debates temáticos em que atores do Judiciário e parceiros de instituições públicas e da sociedade civil discutirão temas específicos relacionados à promoção de direitos sociais, em especial os relacionados à saúde, à educação e à tutela do meio ambiente.</p>	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	98%	98%
●	<p>Prêmio Prioridade absoluta – 2ª edição</p> <p>Identificação, disseminação e possibilidade de replicação de práticas de sucesso voltadas à promoção, à valorização e ao respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e jovens.</p>	Gabinete do juiz estadual	100%	98%
●	<p>Demandas Complexas</p> <p>Estruturação do Poder Judiciário e suas conexões com o sistema de justiça e as demais instituições públicas, para responder de forma cooperativa, célere e articulada às demandas complexas.</p>	SEP	4%	4%

O projeto Pesquisa **Obstáculos à liberdade de expressão no Brasil** não teve informações de acompanhamento atualizadas desde outubro, portanto, sua continuidade deve ser confirmada em 2023.

Objetivo Estratégico 8: Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

Incentivar a política de conciliação e a mediação como instrumentos efetivos de pacificação social para solução e prevenção de litígios. Sensibilizar os órgãos de representação judiciária dos entes públicos no sentido de buscar, sempre que possível, a solução consensual dos litígios, bem como estabelecer critérios objetivos para inibir a utilização de “manobras processuais” que visem apenas postergar o fim do processo.



Indicadores de Desempenho

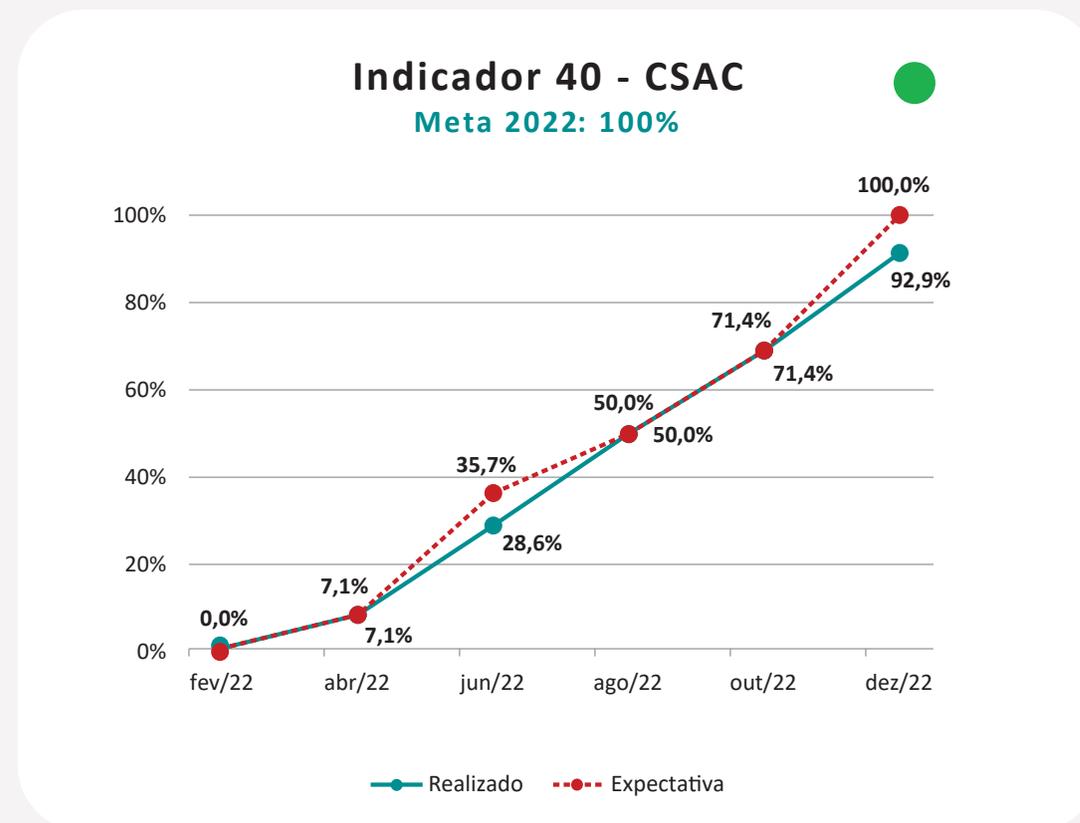
INDICADOR 40:

ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS QUE PROMOVAM A POLÍTICA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS mede o percentual de implantação das ações planejadas no ano. É de responsabilidade da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos (CSAC).

Ações/projetos que compõem o indicador:

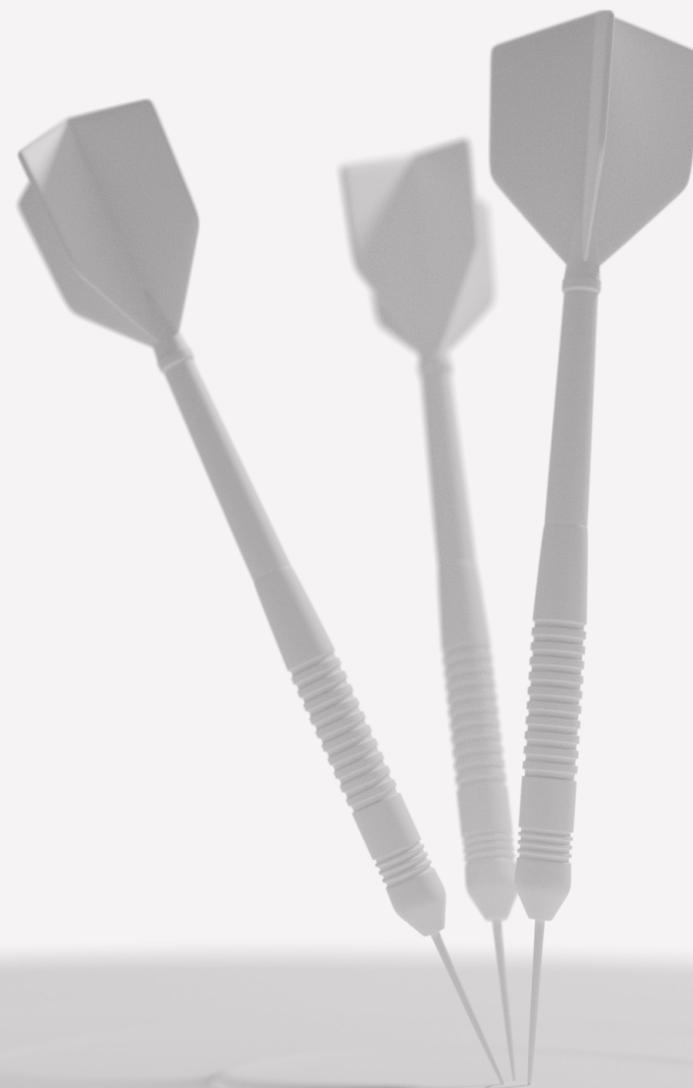
- ▶ Prêmio Conciliar é Legal; e
- ▶ Semana da Conciliação.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 9: Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital

Desenvolver ações e disseminar práticas que estimulem a inovação tecnológica para a ampliação da transformação Digital e da inteligência artificial no Poder Judiciário. E, ainda, desenvolver ações tecnológicas que promovam a materialização de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário, como o Processo Judicial Eletrônico, entre outras políticas nacionais, com base nos princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da efetividade.

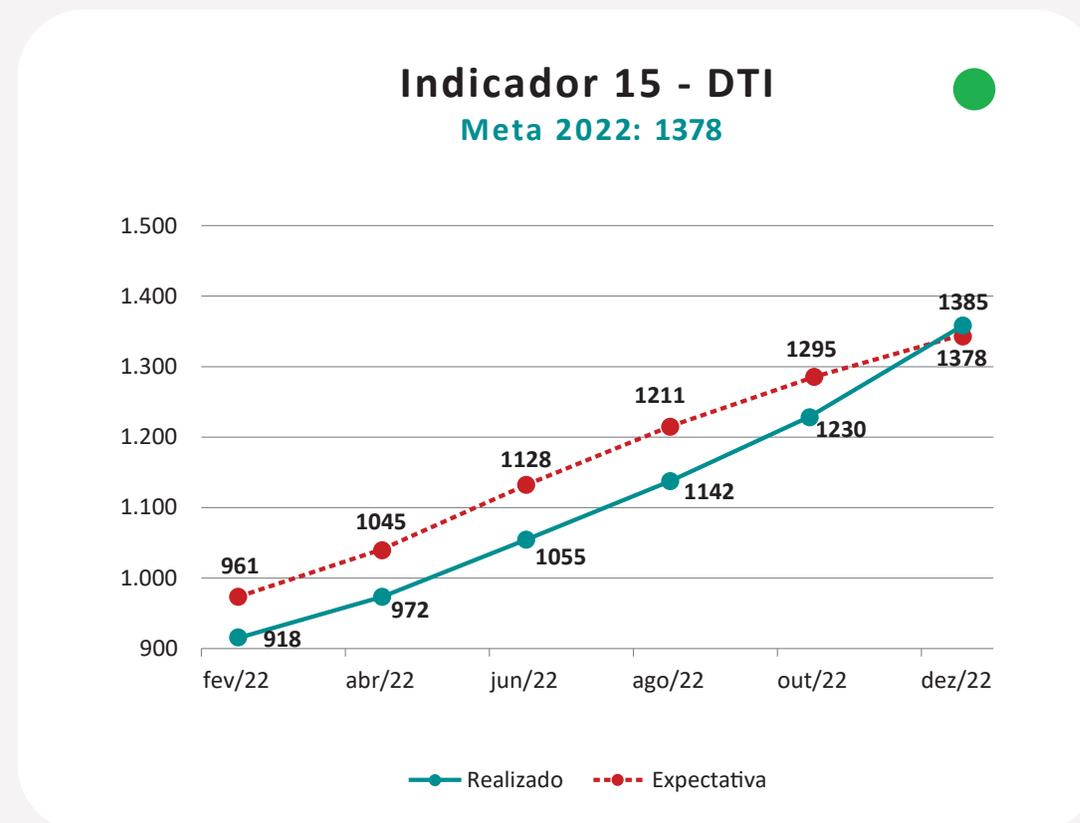


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 15:

TOTAL DE INICIATIVAS COMPARTILHADAS avalia o somatório de iniciativas publicadas (projetos, ações e atividades de TIC do Poder Judiciário) em canais estabelecidos, de modo a impulsionar a colaboração, a integração, o compartilhamento de experiências e boas práticas de TIC. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

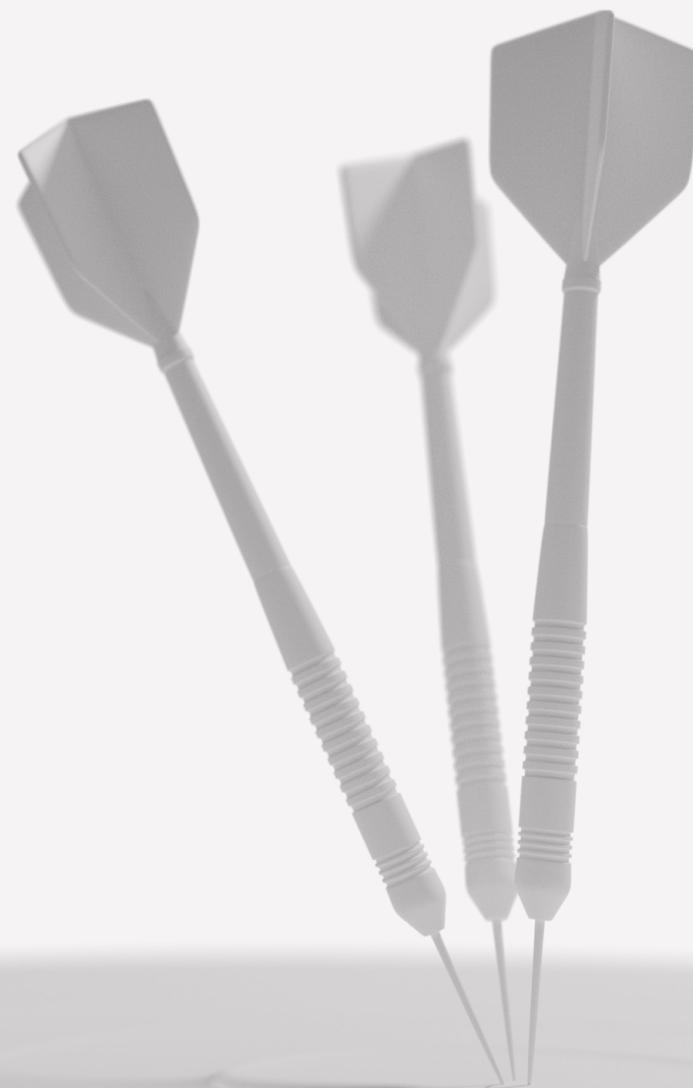
STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	SNIPER – Justiça 4.0 Desenvolver ferramenta de análise financeira e busca de ativos do Poder Judiciário. A ferramenta será denominada SNIPER.	SEP	97%	95%
●	Novo SNBA Produzir nova ferramenta digital para cadastro e controle dos bens apreendidos no âmbito dos processos da justiça brasileira, em substituição à ferramenta atual, denominada Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA). A nova ferramenta será denominada Novo SNBA 2.0.	SEP	96%	96%
●	CODEX Extrair, indexar e centralizar informações processuais (metadados e documentos) de todos os feitos em tramitação, nos tribunais que atuarão para produzir IA em relação a esses mesmos processos. Além disso, o Codex fará o monitoramento de todas as alterações processuais e inserção de documentos, durante a vida útil do processo e servirá como base para produção de todas futuras soluções de IA.	SG	99%	98%
●	SINAPSES I Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES.	SG	85%	81%
●	Mineração de Processos do PJe Desenvolver uma metodologia para aplicação de técnicas de mineração de processos nas bases de dados do PJe.	DTI	98%	96%
●	Serviços Estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) Realizar serviços estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)..	DTI	79%	76%

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	Novo SNA Reescrever o SNA, no âmbito do PDPJ, para tornar o sistema mais responsivo, funcional e intuitivo, implementando melhorias como busca ativa e <i>webservice</i> com o CADSUAS..	DTI	51%	65%
●	SINAPSES II Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES..	SG	94%	92%
●	SINAPSES III Aplicar ferramentas de inteligência artificial dentro da plataforma SINAPSES..	SG	83%	69%

O projeto “**Novo SNA**” não teve informações de acompanhamento atualizadas desde junho, devendo, portanto, sua continuidade ser confirmada em 2023.

Objetivo Estratégico 10: Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

Desenvolver e disseminar práticas reconhecidas de governança e de gestão de TI, garantindo o alinhamento com a estratégia do CNJ e do Poder Judiciário e tendo como referência o desenvolvimento colaborativo, sempre que cabível.



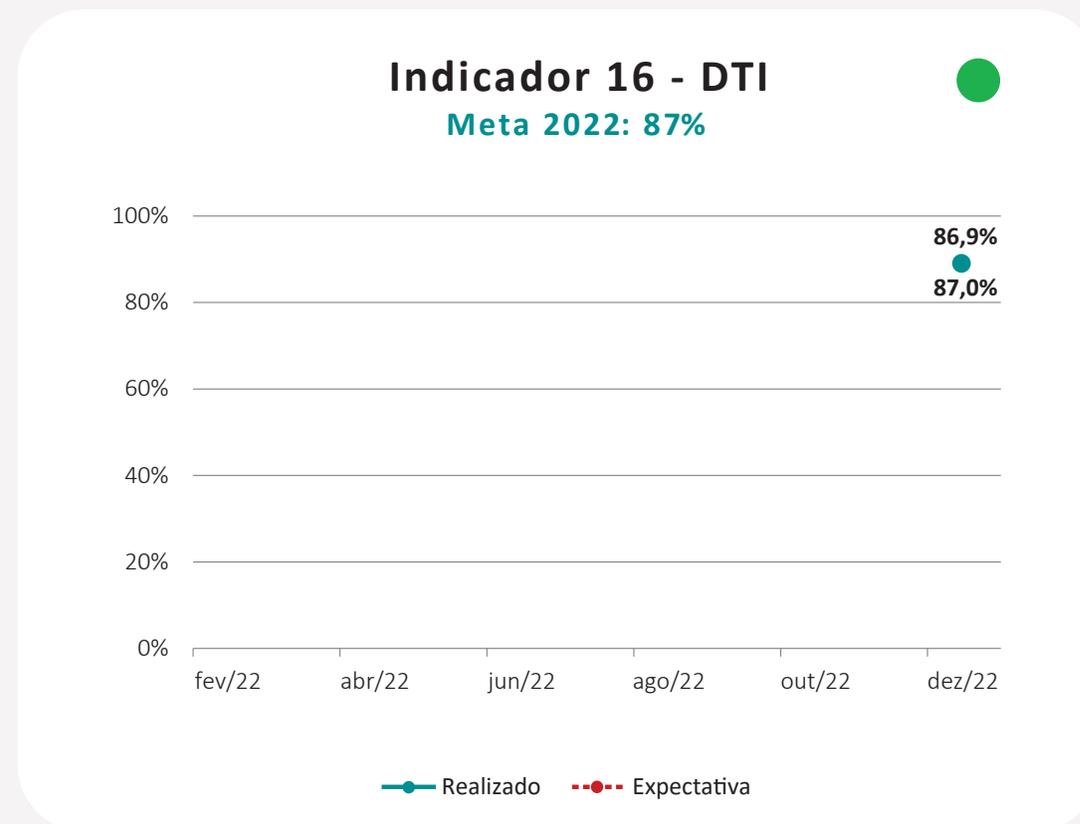
Indicadores de Desempenho

INDICADOR 16:

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE TIC mede a satisfação dos usuários de TIC do CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI).

Esse indicador é medido uma vez por ano.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

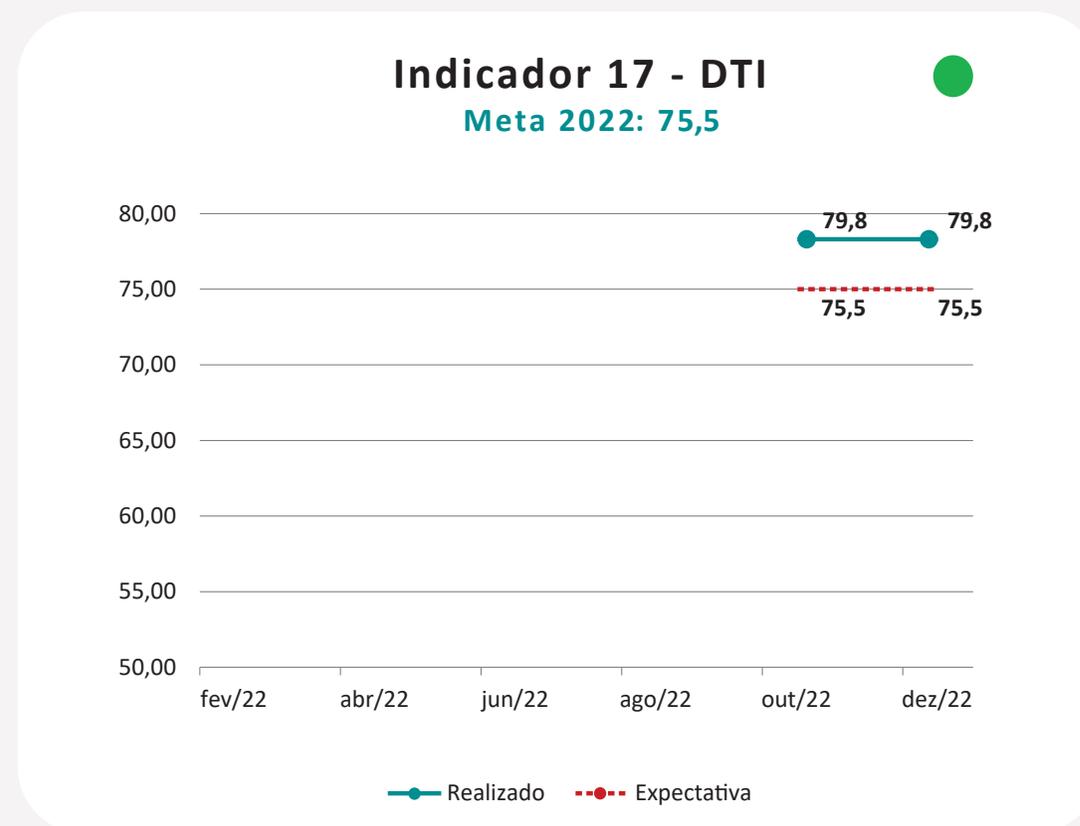


INDICADOR 17:

EVOLUÇÃO DO PERFIL DE GOVERNANÇA DE TI – IGOVTIC-JUD identifica, avalia e acompanha a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI).

Esse indicador é medido uma vez por ano e foi mensurado no 5º bimestre. No 6º, houve repetição da informação.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

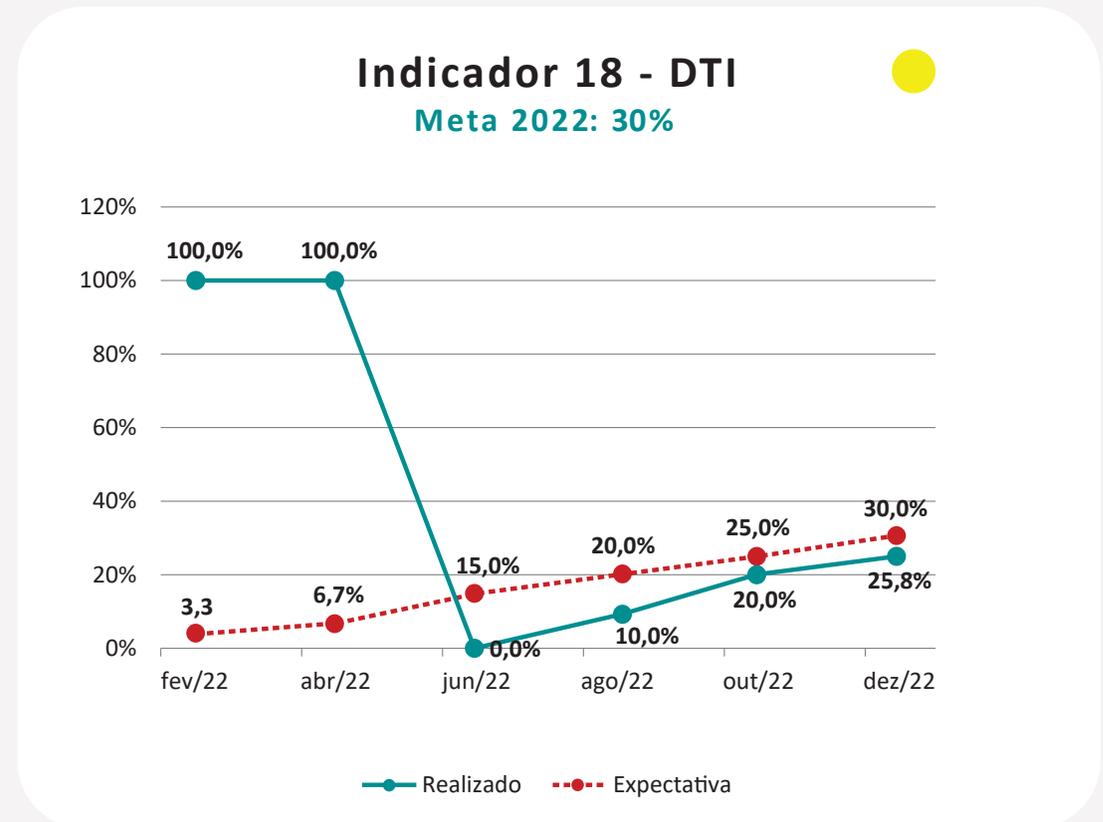


INDICADOR 18:

ÍNDICE DE SOLUÇÕES DE TIC DE ALTA CRITICIDADE COM GESTÃO DE RISCO avalia se as Soluções de TIC de Alta criticidade possuem gestão de risco. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI).

O período de acompanhamento desse indicador é semestral, mas a unidade informou bimestralmente. Além disso, houve ajuste na metodologia de medição, o que provocou variação dos resultados entre abril e junho.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

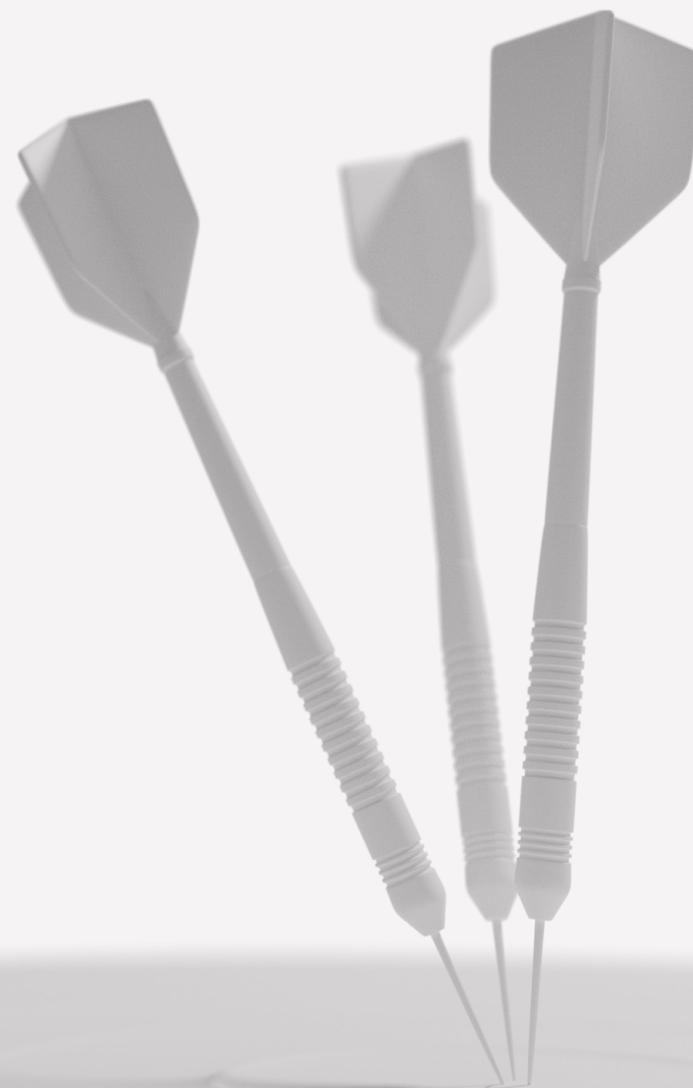


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Diagnóstico e disseminação – Justiça 4.0 O projeto tem como objetivo realizar um diagnóstico a respeito da conjuntura tecnológica nos tribunais e apoiar a elaboração de planos de trabalho visando a sua integração ao Programa.	SG	100%	100%

Objetivo Estratégico 11: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Promover a adequação e a modernização das instalações (espaço físico, tecnológico, mobiliário, climatização, higiene, limpeza, etc.) para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades do Conselho.



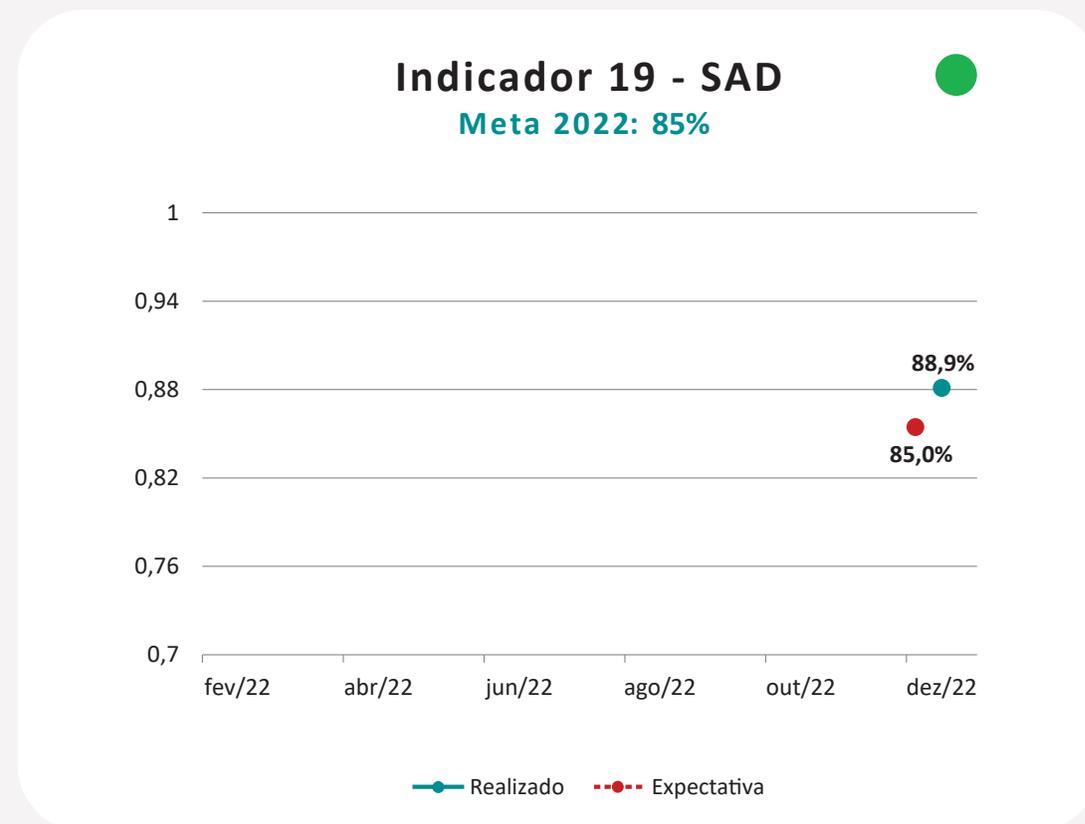
Indicadores de Desempenho

INDICADOR 19:

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM A ESTRUTURA FÍSICA DO CNJ avalia a qualidade e a adequação da infraestrutura física do CNJ segundo os usuários. É de responsabilidade da Secretaria de Administração (SAD).

Esse indicador é de acompanhamento anual.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

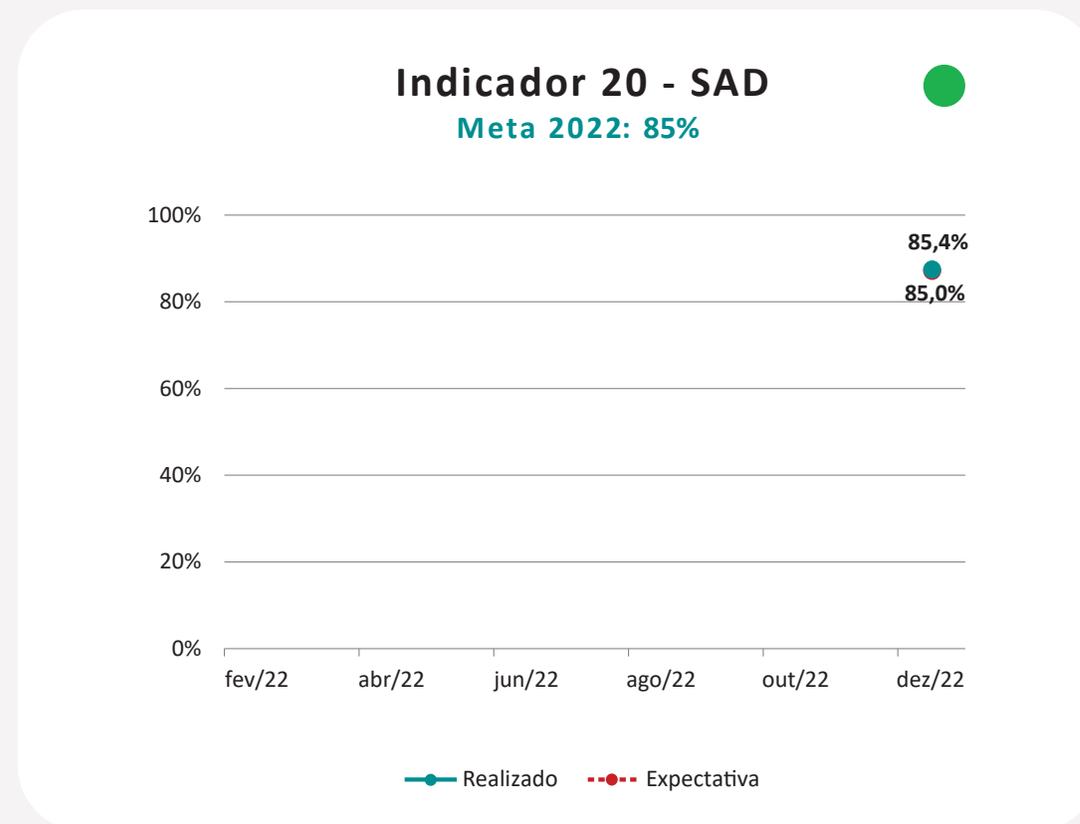


INDICADOR 20:

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS INTERNOS PRESTADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO mede o índice de satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração. É de responsabilidade desta.

Esse indicador é de acompanhamento anual.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 12: Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

Adotar iniciativas que promovam melhorias e inovação nos processos que suportam as atividades do órgão, com vistas ao incentivo, sempre que possível, à adoção de modelo colaborativo no âmbito do próprio órgão e entre órgãos do Poder Judiciário.

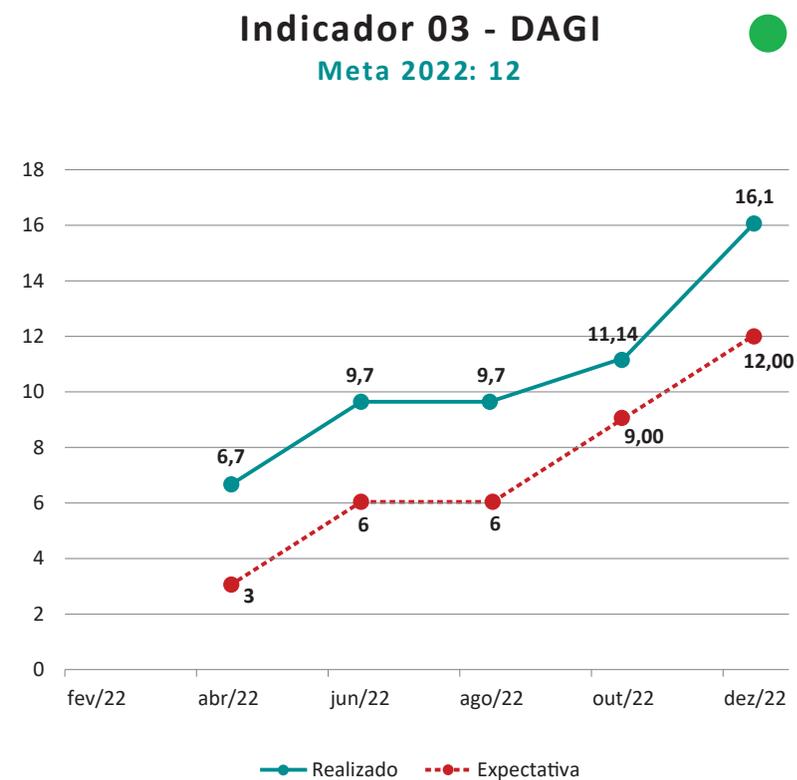


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 3:

QUANTIDADE DE PROCESSOS E PROJETOS APRIMORADOS OU IMPLEMENTADOS PELA DAGI avalia a atuação e valor gerado pela Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral (DAGI), sendo responsabilidade desta.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

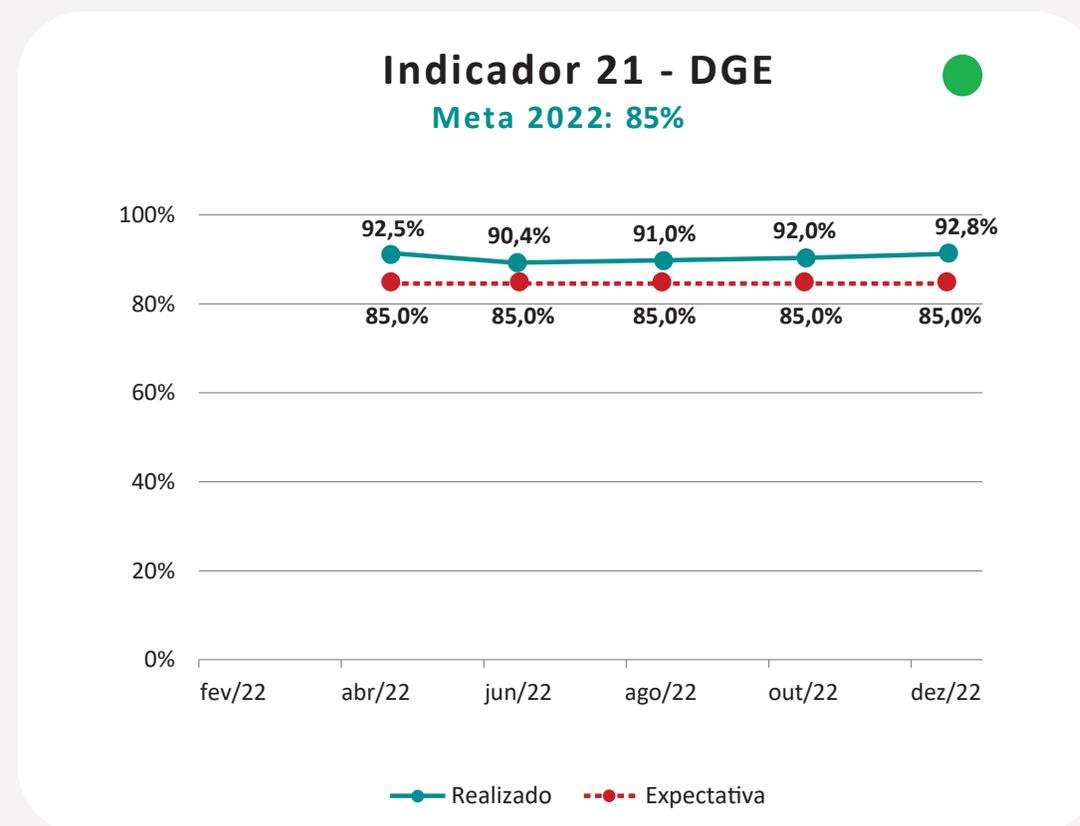


INDICADOR 21:

ÍNDICE DE EFICÁCIA DO PORTAL CNJ DE BOAS PRÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO, mede a funcionalidade, confiabilidade, usabilidade, eficiência do Portal CNJ de Boas Práticas. É de responsabilidade do DGE.

Esse indicador é de acompanhamento semestral, não obstante, a unidade a partir de abril forneceu informações bimestrais.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 22:

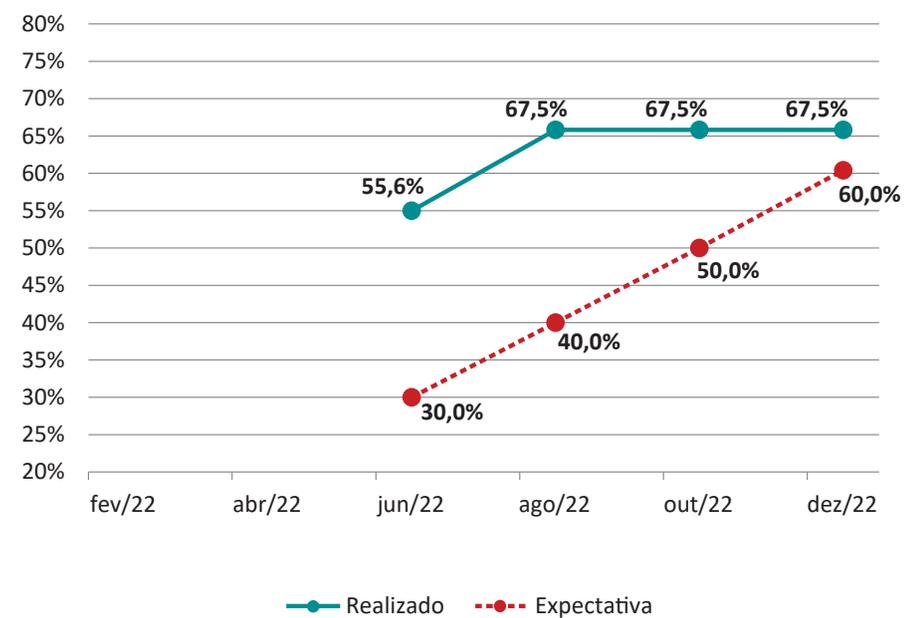
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA MATURIDADE DOS PROCESSOS DE AUDITORIA mede a evolução da maturidade e confiabilidade dos trabalhos da unidade de auditoria com base nos processos-chave da unidade (KPAs), para atingimento do nível de maturidade 2 do modelo IA-CM do IIA. É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria (SAU).

Esse indicador é de acompanhamento semestral, por isso as informações constantes são a partir de junho.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

Indicador 22 - SAU

Meta 2022: 60%

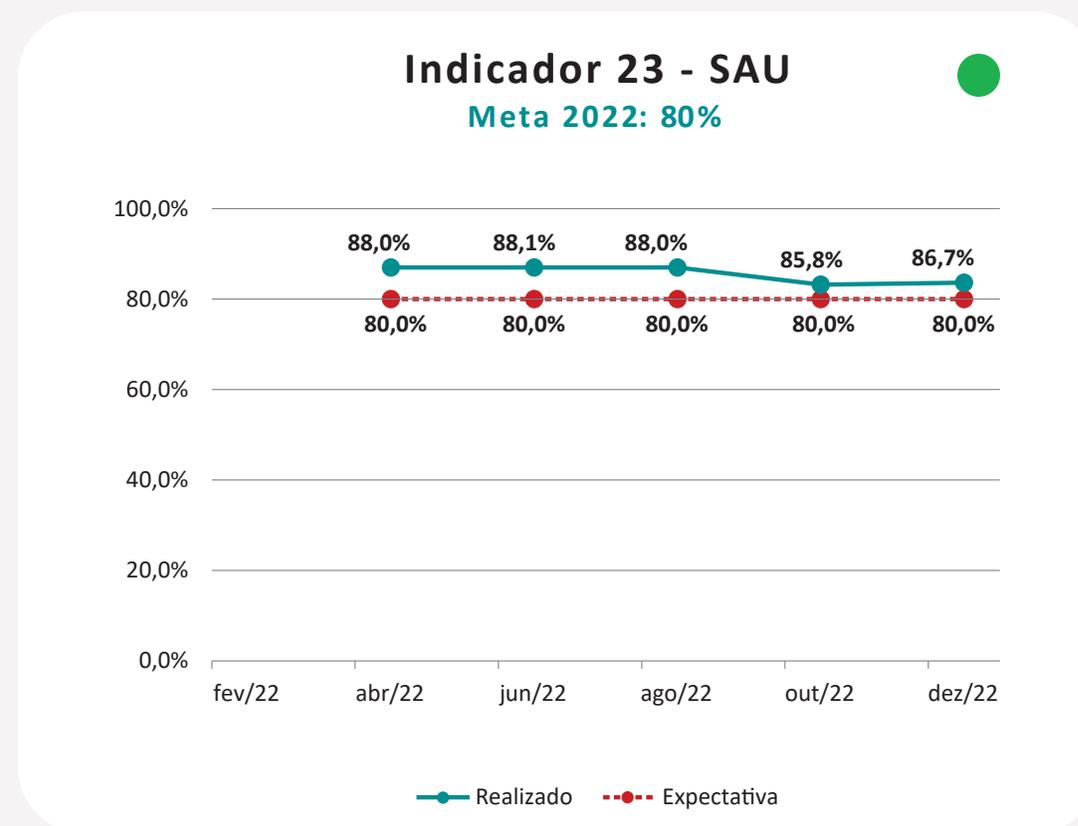


INDICADOR 23:

ÍNDICE DE QUALIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA E CONSULTORIA mede a eficiência dos processos de auditoria e consultoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados, o monitoramento e a interação com os auditados, de forma a identificar possíveis falhas de aprimoramento. O indicador será calculado em função do Total das Avaliações Contínuas (TAC), que levam em consideração a percepção das unidades e auditadas, auditores e supervisores, conforme Programa de Qualidade da Auditoria Interna (PQ-Aud). É de responsabilidade da SAU.

O acompanhamento desse indicador é quadrimestral, por isso os resultados são apresentados a partir de abril.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

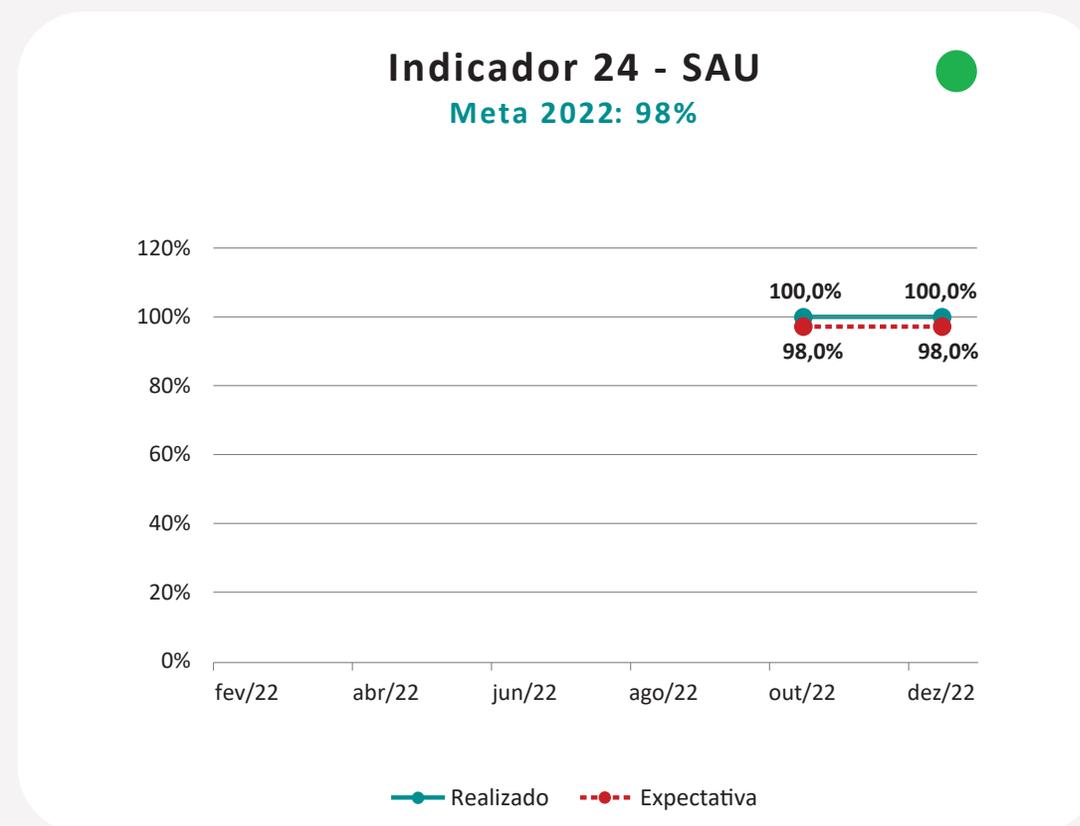


INDICADOR 24:

ÍNDICE DE ADESÃO ÀS AÇÕES COORDENADAS DE AUDITORIA mede a adesão dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud à ação coordenada de auditoria. É de responsabilidade da SAU.

Esse indicador é de acompanhamento anual, sendo sua medição reportada em outubro e repetida em dezembro.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

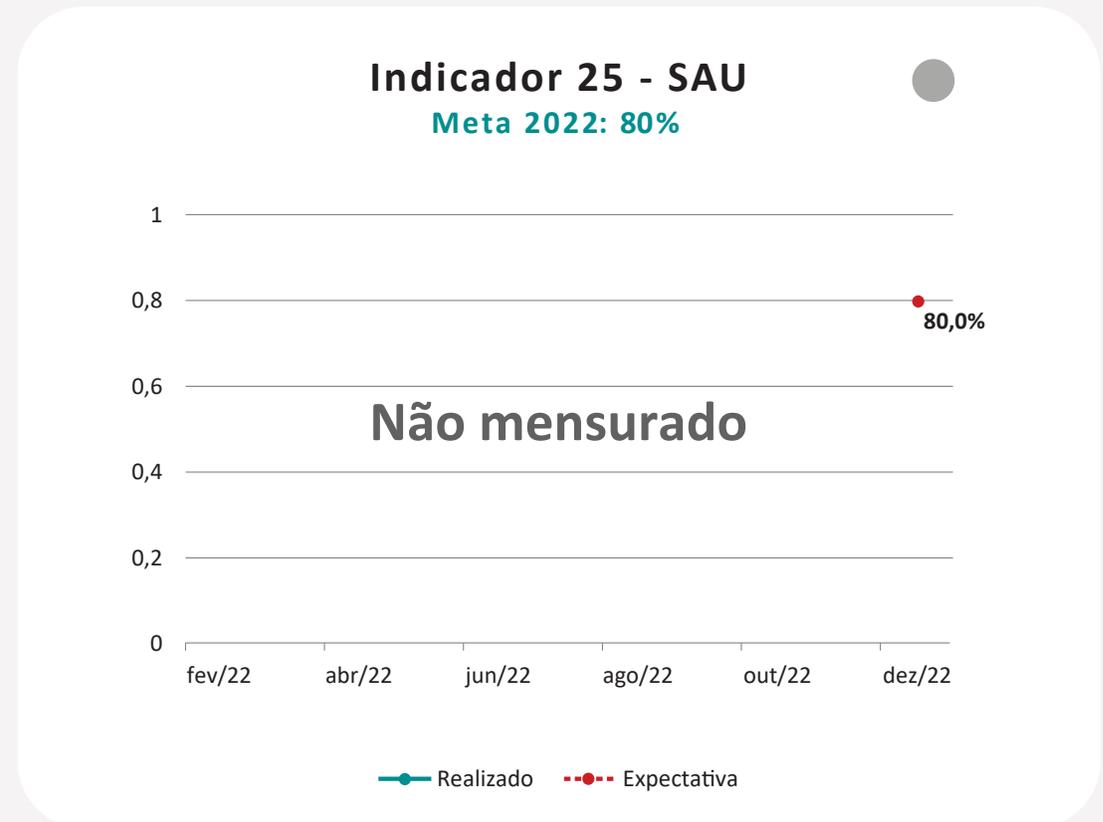


INDICADOR 25:

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AÇÕES COORDENADAS DE AUDITORIA mede o índice geral de satisfação dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud em relação às melhorias nos processos de gestão, governança e riscos, oriundas de ações coordenadas de auditoria. É de responsabilidade da SAU.

A unidade informou que a medição não foi possível, até o fechamento deste relatório, porque o tratamento dos dados da Ação Coordenada realizada não foi concluído em tempo hábil. Havendo atualização, o resultado será publicado no [painel](#) da estratégia.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

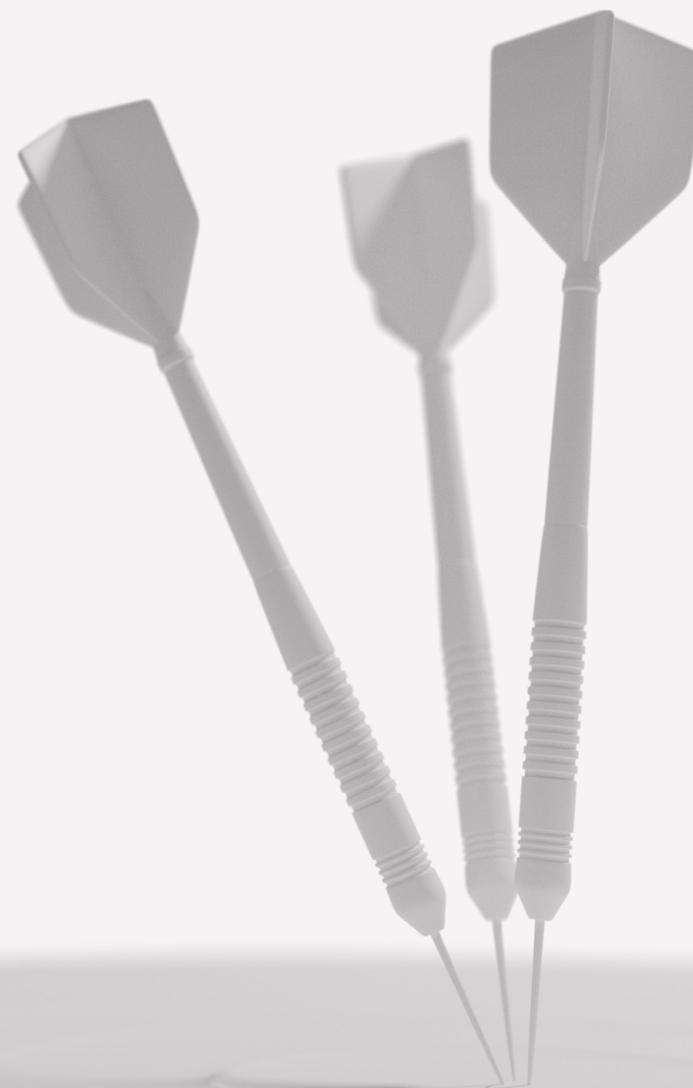


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	PMO Jud – Estruturação do Escritório de Projetos do Conselho Nacional de Justiça – Justiça 4.0 Estruturação do Escritório de Projetos do CNJ.	SEP	94%	94%
●	Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário Realização de um Diagnóstico Nacional acerca das inovações do Poder Judiciário Brasileiro, estruturação e realização da Premiação nacional acerca de práticas inovadoras, e elaboração de um Plano Nacional de Inovação para o Poder Judiciário.	SEP	52%	49%

Objetivo Estratégico 13: Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

Propor e adotar iniciativas que promovam simplificação e desburocratização nos processos que suportam as atividades do órgão e do Poder Judiciário, com vistas à maior eficiência e qualidade dos serviços prestados Judiciário brasileiro.

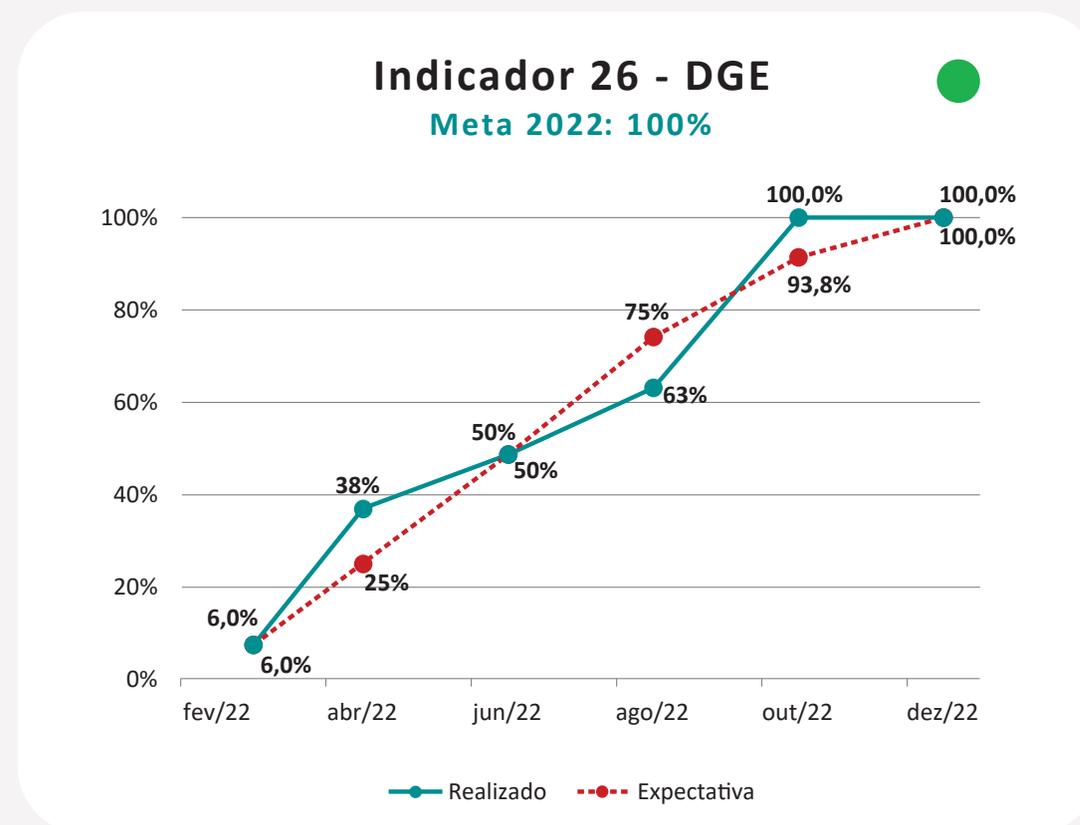


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 26:

ÍNDICE DE MELHORIAS IMPLEMENTADAS EM PROCESSOS PRIORITÁRIOS mede o percentual de ações de melhorias implementadas em processos prioritários, em relação às ações de melhorias planejadas. São considerados processos prioritários: Processos indicados pela Alta Administração; Processos apontados pela Secretaria de Auditoria; e Atividades consideradas relevantes resultantes de mapeamento dos processos organizacionais. É de responsabilidade do DGE.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Ações previstas para 2022

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS	
Nº	AÇÕES/ETAPAS
MACROPROCESSO: GERIR A ESTRATÉGIA	
1	Estudo, análise, planejamento e levantamento das ações de melhorias dos macroprocessos prioritários
2	Proposta de modelo de monitoramento de desempenho dos macroprocessos do CNJ por indicadores de desempenho
3	Revisão e melhoria no Modelo de Negócios do CNJ
4	Atualização e aperfeiçoamento dos eixos e descrições do Portal CNJ de Boas Práticas
5	Revisar e ajustar os fluxos de elaboração e monitoramento da estratégia
6	Mapear o alinhamento dos projetos à Estratégia Nacional
7	Alterar o painel de monitoramento da estratégia para possibilitar que na tela de consulta dos indicadores individualmente seja possível acessar dados de anos anteriores desse indicador
8	Mapeamento do fluxograma das premiações que utilizem o Portal de Boas Práticas
9	Atualização da página das Metas Nacionais (textos e identidade)

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS

Nº AÇÕES/ETAPAS

- | | |
|----|--|
| 10 | Melhoria na elaboração do Ranking da Transparência, adotando nova sistemática de premiação dos tribunais e conselho. |
| 11 | Aperfeiçoamento do Sistema de Questionário do CNJ (PLS-Jud) |
| 12 | Desdobramento da Cadeia de valor desdobrada em macrofluxogramas |
| 13 | Reformulação do Portal de Gestão de Processos do CNJ |

MACROPROCESSO: ACOMPANHAR E FISCALIZAR O SISTEMA CARCERÁRIO E DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

- | | |
|---|---|
| 1 | Revisão e mapeamento dos processos de trabalho do DMF |
|---|---|

MACROPROCESSO: PROMOVER ESTUDOS E DIAGNÓSTICO DO PODER JUDICIÁRIO

- | | |
|---|--|
| 1 | Desenvolver textos para facilitar processo de comunicação das atividades do Departamento contribuindo para maior integração de servidores(as), colaboradores(as) e diretorias. |
|---|--|

MACROPROCESSO: GESTÃO DE PESSOAS

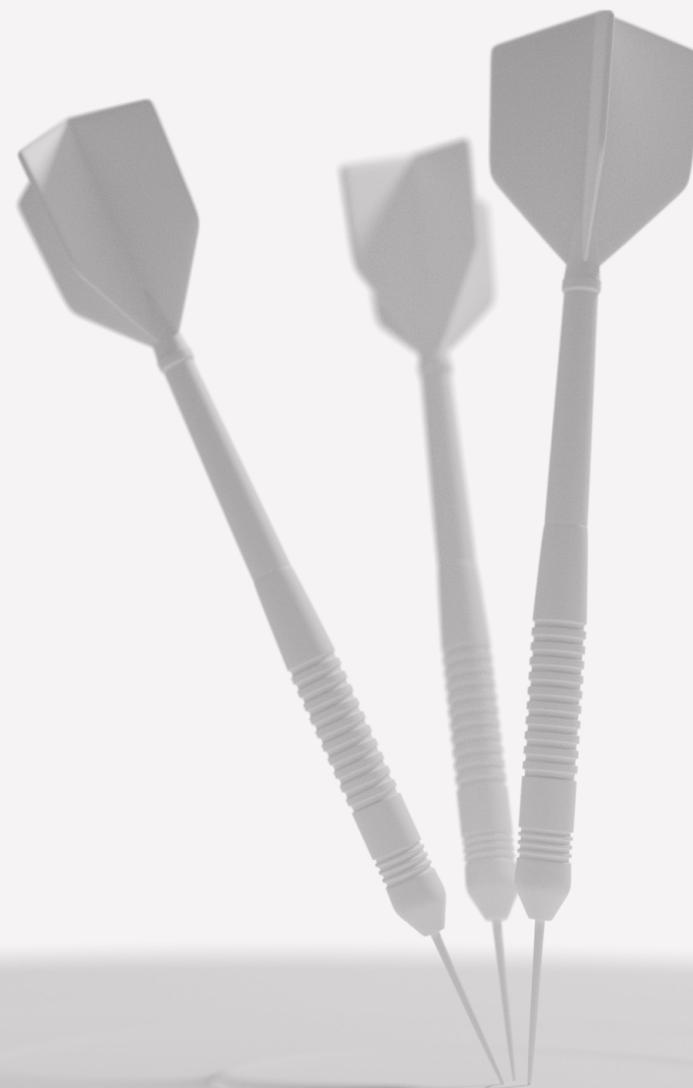
- | | |
|---|--|
| 1 | Análise, melhoria e transformação do processo de Dimensionamento de pessoal do CNJ |
|---|--|

Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Execução Fiscal – Automação e Governança Automação dos processos de execução fiscal e instituição de medidas de governança.	SEP	94%	94%

Objetivo Estratégico 14: Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

Criar mecanismos para orientar a implantação e o aperfeiçoamento da gestão das políticas judiciárias voltadas à utilização racional e sustentável dos recursos naturais e para a redução dos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atuação dos órgãos do Poder Judiciário. Busca-se, ainda, a melhoria da qualidade do gasto público e a garantia do pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência em todos os serviços do Poder Judiciário.



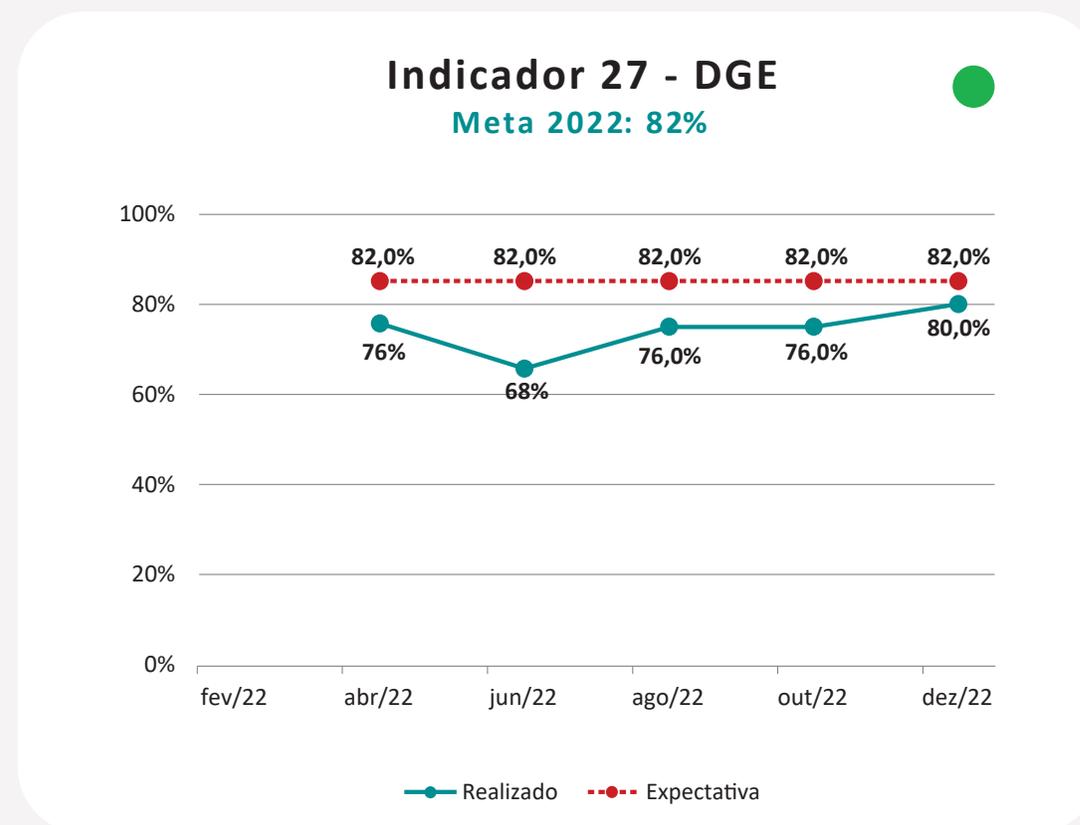
Indicadores de Desempenho

INDICADOR 27:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL mede o índice de cumprimento de indicadores do PLS/CNJ. É de responsabilidade do DGE.

Esse indicador é acompanhado trimestralmente, por isso os resultados começam a ser apresentados a partir de abril.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

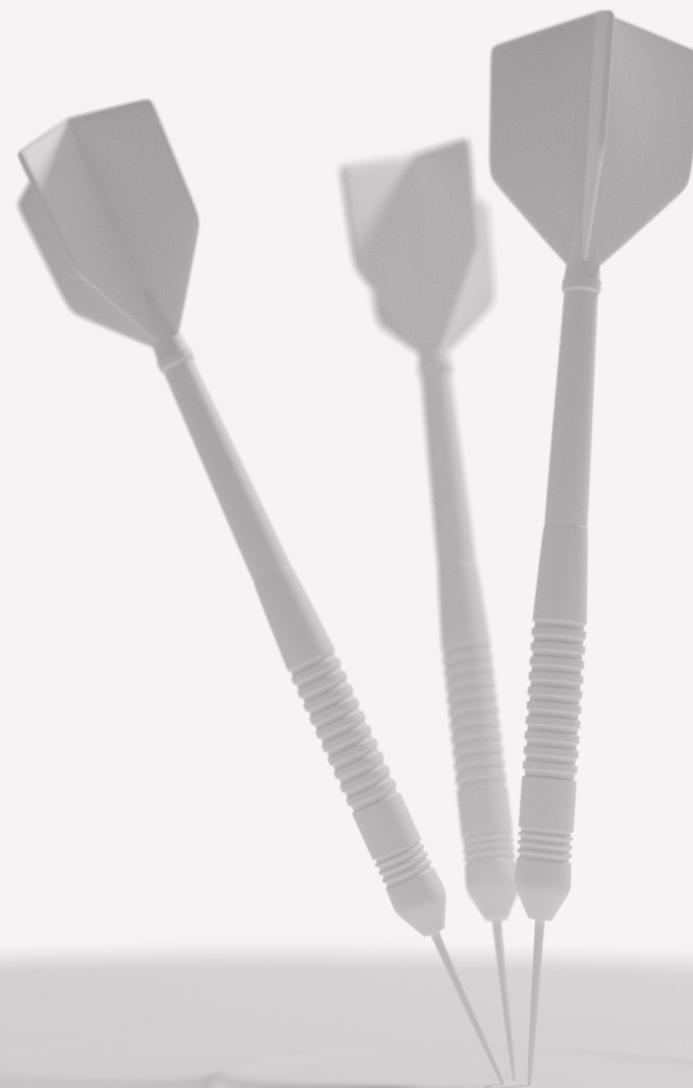


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	SIRENEJUD 2.0 Desenvolver ferramentas, estudos e iniciativas voltadas à compreensão do fenômeno dos danos ambientais a partir de uma perspectiva macrorregional, englobando também países da América do Sul com proximidade à Amazônia Legal e às fronteiras brasileiras.	SEP	36%	35%

Objetivo Estratégico 15: Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

Promover ambiente participativo e colaborativo no âmbito do CNJ e com os demais órgãos do Poder Judiciário, com vistas a melhorar os resultados organizacionais, e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade. Visa implementar ações para facilitar a troca de informações, em todos os níveis da justiça, com os demais poderes e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos.



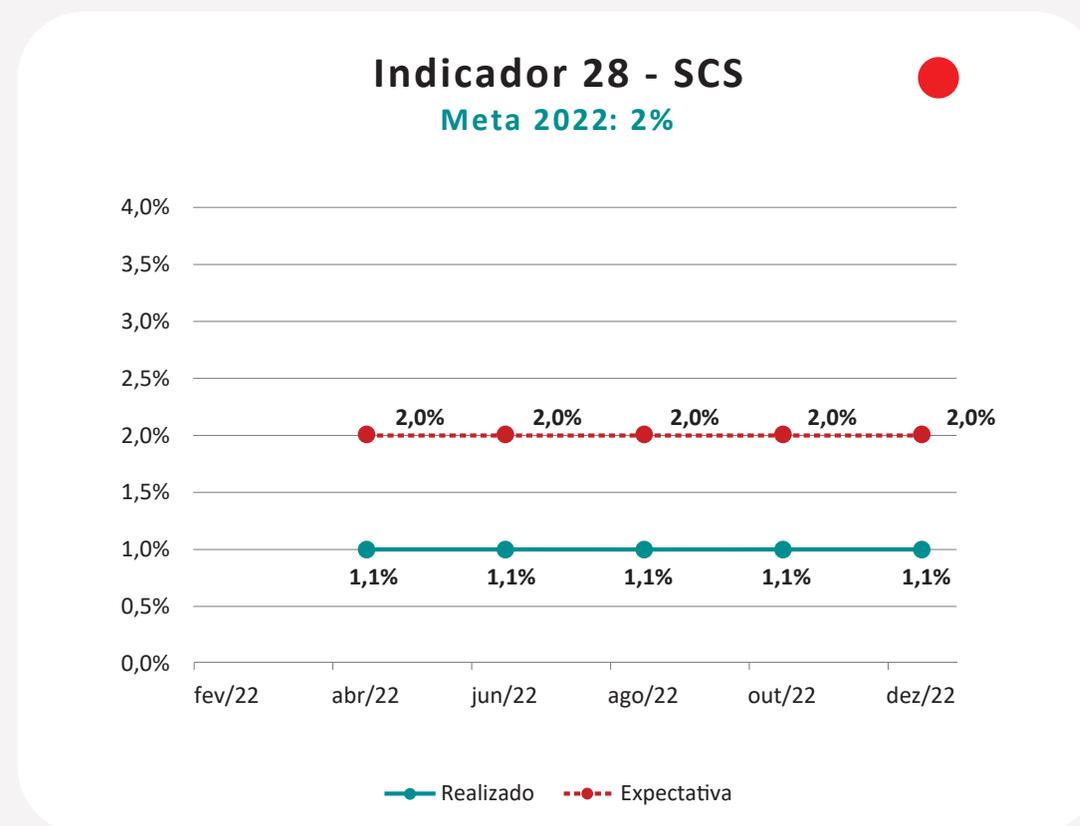
Indicadores de Desempenho

INDICADOR 28:

ALCANCE E ENGAJAMENTO NAS REDES SOCIAIS mede a eficácia (alcance) e a eficiência (engajamento) das publicações em redes sociais. É de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (SCS).

A unidade informou dificuldade de alcançar os resultados devido à alta volatilidade das redes sociais, em termos gerais, e aponta necessidade de reformular o indicador a fim de ajustá-lo melhor às métricas vigentes.

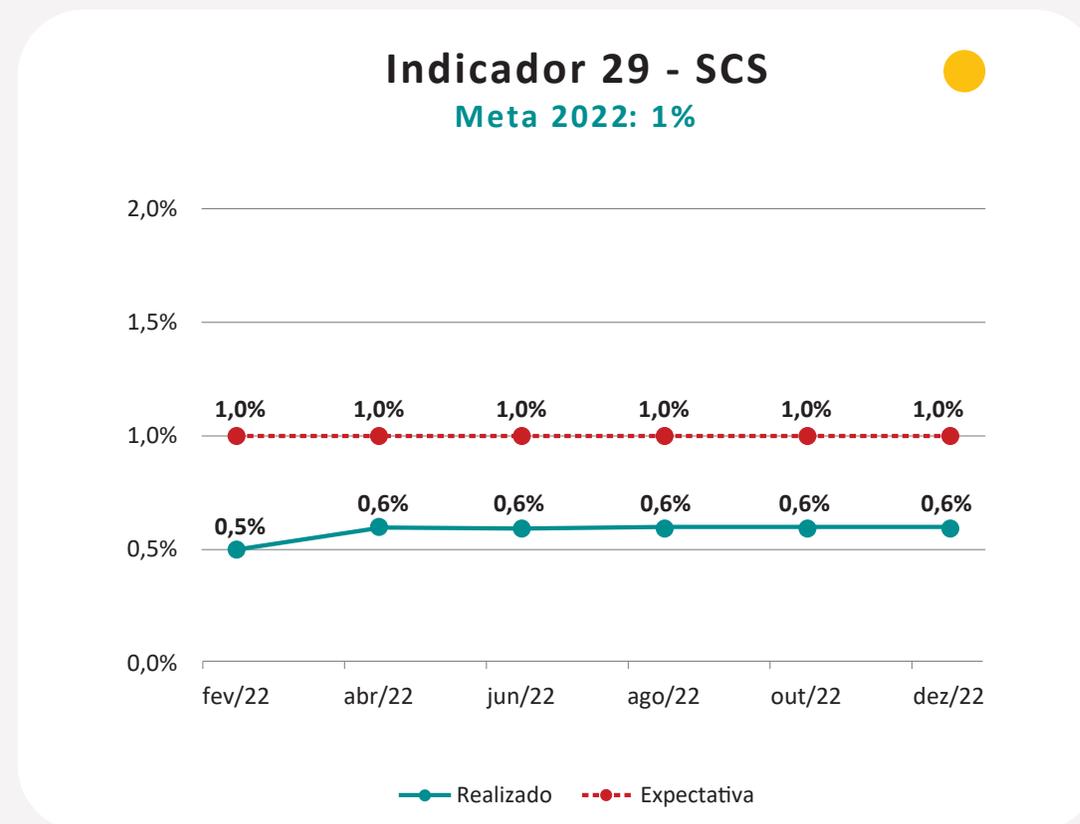
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 29:

ALCANCE E ENGAJAMENTO NO PORTAL DO CNJ mede eficácia (alcance) e eficiência (engajamento) dos conteúdos do Portal do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (SCS).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

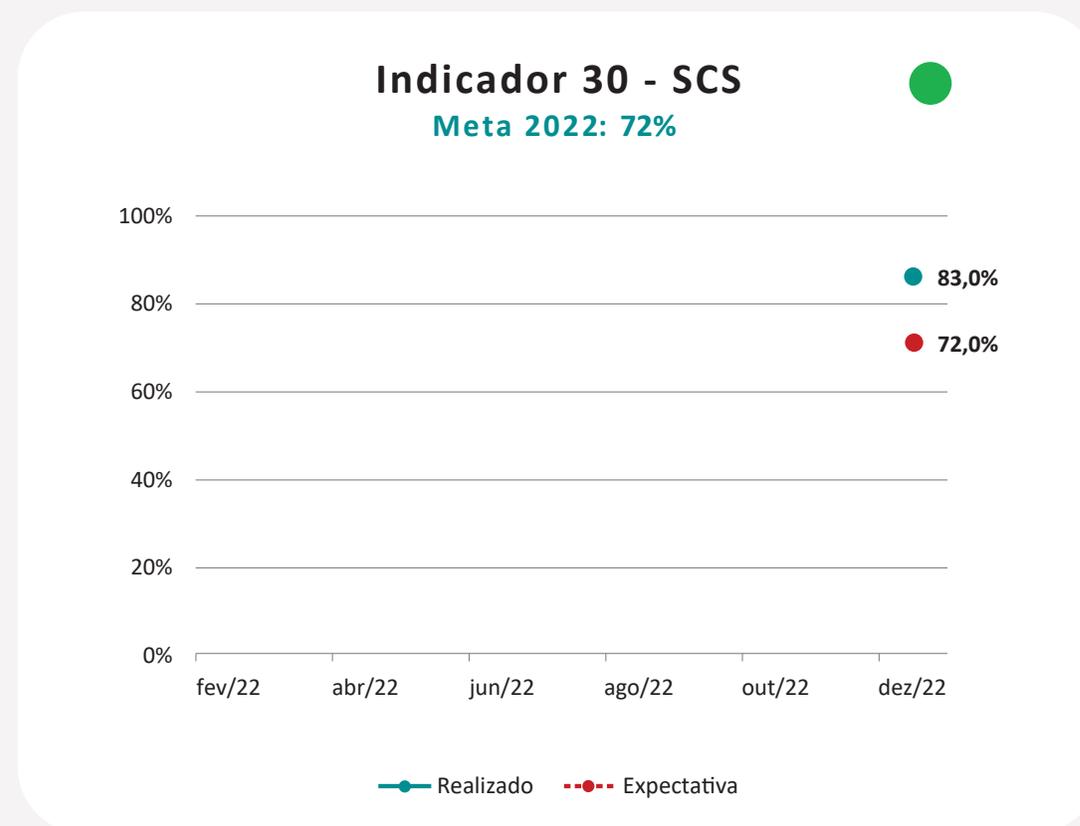


INDICADOR 30:

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO INTERNA mede a satisfação dos servidores e colaboradores do CNJ com os canais de comunicação interna. É de responsabilidade da SCS.

Esse indicador é acompanhado anualmente.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

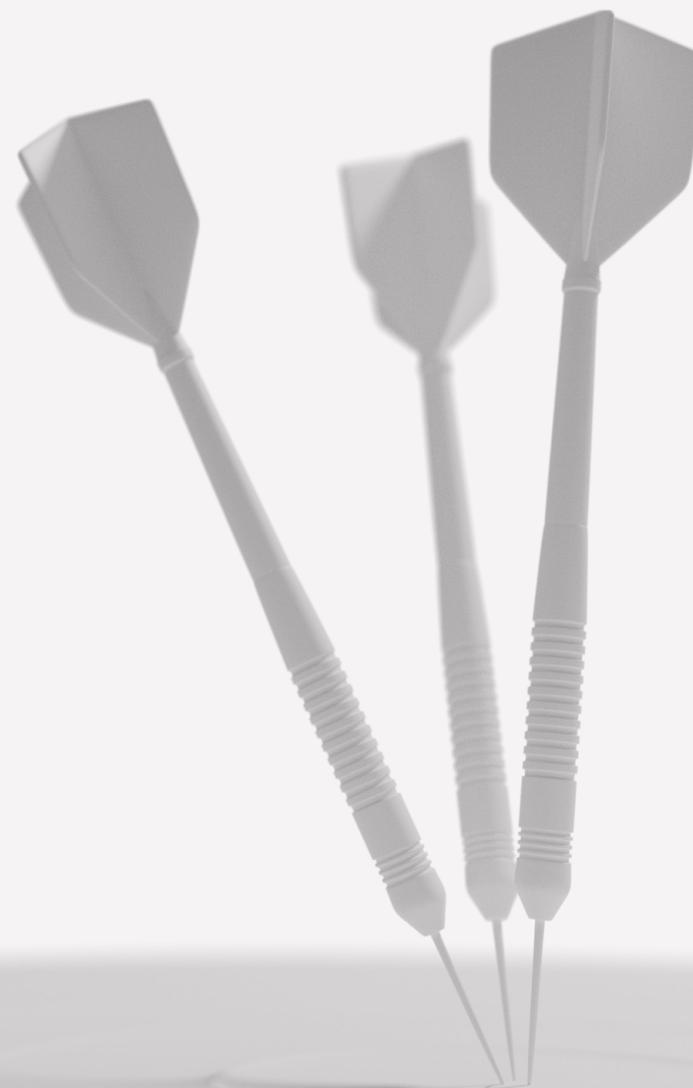


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 Realizar a disseminação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.	DGE	100%	100%

Objetivo Estratégico 16: Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas

Aprimorar as políticas e as práticas em gestão de pessoas com vistas a possibilitar a formação e o desenvolvimento profissional e a gestão por competência dos membros, servidores e agentes públicos atuantes na justiça, adequar os meios e as ferramentas para realização das atividades, garantir a segurança no ambiente de trabalho e assegurar cargas de trabalho adequadas. Trata-se, ainda, da gestão do conhecimento aplicada ao aperfeiçoamento profissional.



Indicadores de Desempenho

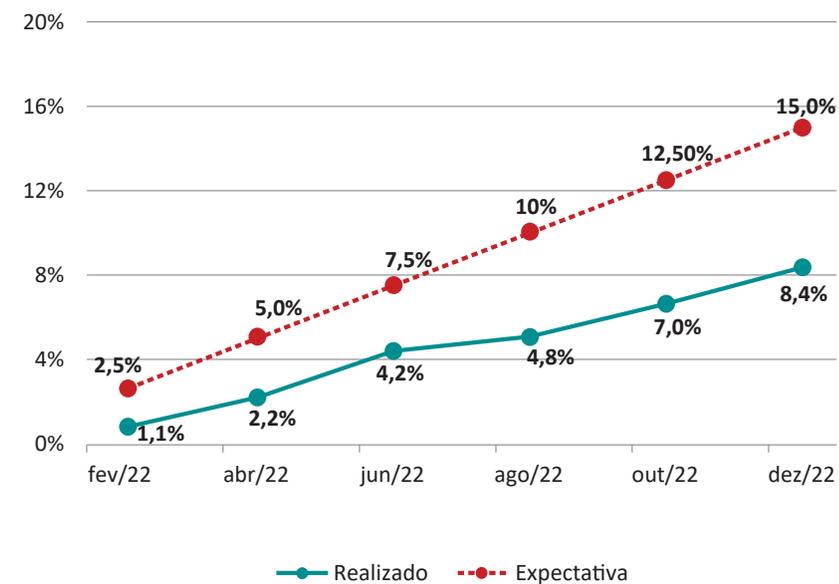
INDICADOR 31:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS mede o percentual de servidores capacitados nas competências estratégicas definidas pelo CNJ em pelo menos um curso do CEAJUD. É de responsabilidade do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

Indicador 31 - CEAJUD

Meta 2022: 15%



INDICADOR 32:

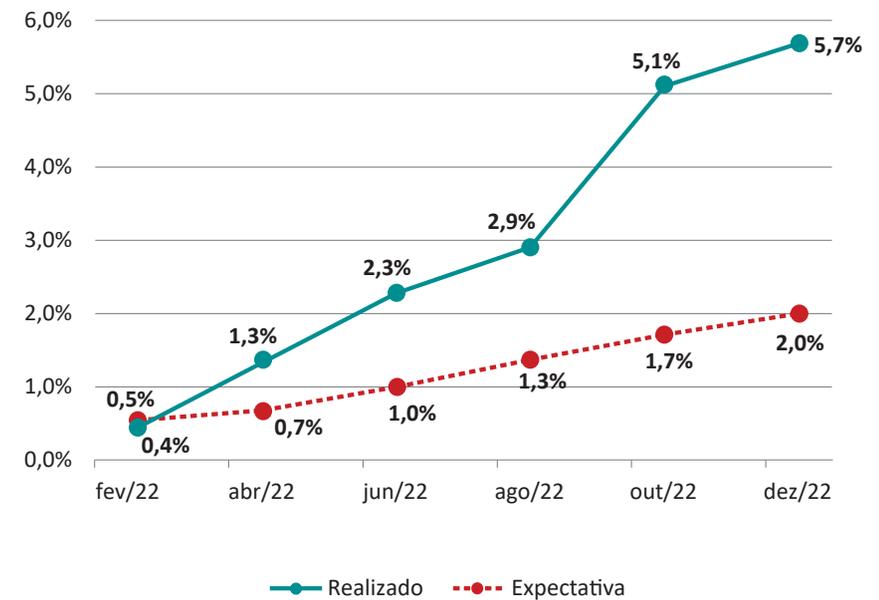
ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DO PODER JUDICIÁRIO EM CAPACITAÇÕES GERENCIAIS mede o percentual de gestores capacitados em cursos de capacitação gerencial oferecidos pelo CEAJUD, o qual é responsável pelo índice.

Esse indicador foi instituído em 2021, mas só foi efetivamente implementado em 2022. Não havia linha de base e, por isso, a unidade informa que em 2023 as metas serão revistas.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

Indicador 32 - CEAJUD

Meta 2022: 2%



EM 2022, O CEAJUD OFERTOU OS SEGUINTE TREINAMENTOS:

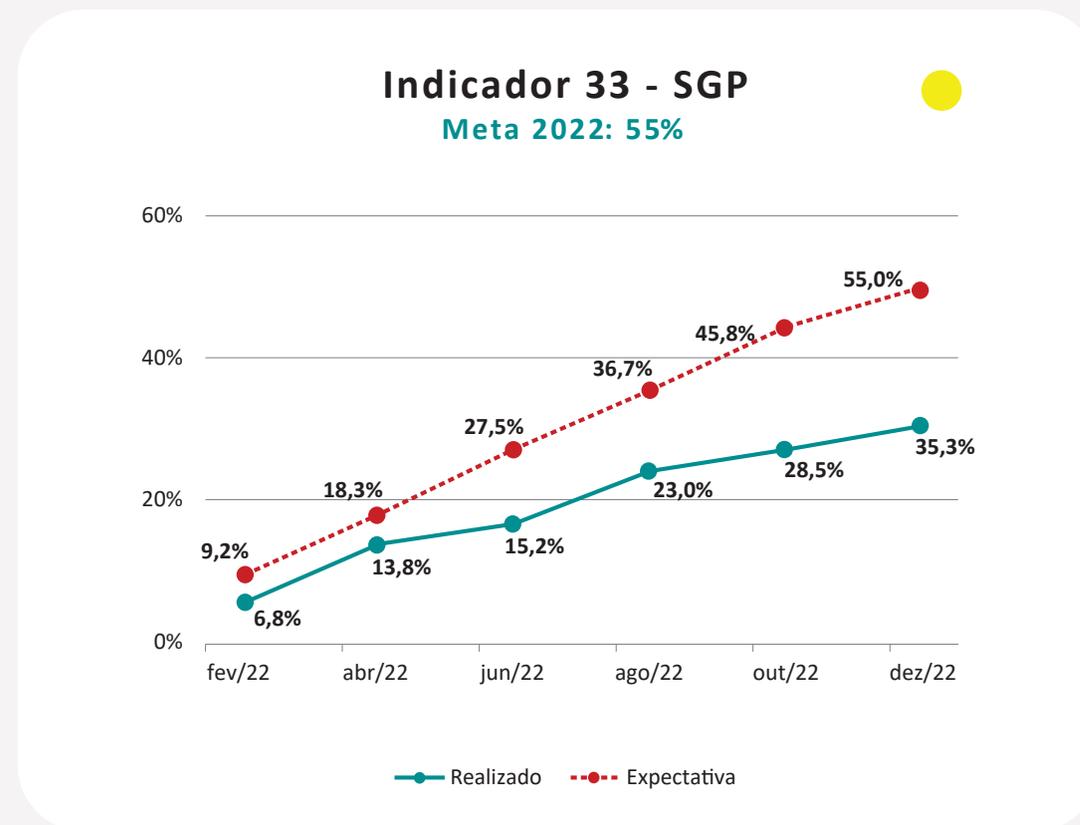
- Marco Legal da Primeira Infância para Todos (formato autoinstrucional);
- Curso Gestão Documental e Gestão de Memória do PJ;
- Essência da Justiça Restaurativa;
- Justiça Restaurativa nas Escolas;
- Curso Depoimento Especial com uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense;
- Curso Introdução a Gestão de Projetos;
- Formação em Gestão de Projetos;
- Sniper: Capacitação para utilização;
- Python para a análise de dados;
- Fundamentos de Estatística para Ciência de Dados;
- Dashboards com Power BI;
- Dashboards e Relatórios Dinâmicos com o R;
- Capacitação para Integração ao CODEX;
- Cursos da Área de Tecnologia da Informação:
- Curso de Desenvolvimento Colaborativo de Modelos de Inteligência Artificial - Uma abordagem com uso do SINAPSES;
- Desenvolvimento no PJE;
- Parametrização do Sistema PJE para a Justiça Federal;
- Transformação Digital, Ágeis e OKRs;
- Gestão de Portfólio, Programas e Projetos de Implantações da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ;
- Curso Evolução dos Modelos de Governança e de Gestão Negocial;
- Webinar Devops Hands on – Formação de Multiplicadores e Comunidade
- Curso de Microsoft Teams;
- Curso de Microsoft Word;
- Curso de Microsoft PowerPoint;
- Curso de Microsoft Planner;
- Curso de Microsoft Outlook;
- Curso Java Básico;
- Nova Lei de Licitações: Execução Contratual;
- Nova Lei de Licitações: Seleção do Fornecedor e Procedimentos Auxiliares;
- Nova Lei de Licitações: Tópicos Especiais;
- Curso Propriedade Intelectual;
- Curso Coding Bootcamp Web Development;

- Atendimento em Ouvidorias: Acolhimento, Sofrimento Mental e Intervenções Possíveis;
- Acesso à Informação e Ouvidorias do Poder Judiciário;
- Participação e Controle Social na Administração Pública;
- Ouvidorias Judiciais: Fundamentos e Funcionamento na Prática;
- Reflexões sobre a Lei Geral de Proteção de Dados;
- Curso de Mediação e Conciliação;
- Integridade e Compliance;
- Curso Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU;
- Curso Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) para Ministério Público;
- Desenvolvimento de Competências Gerenciais;
- Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade;
- Curso Comunicação Social, Judiciário e Diversidade Racial;
- Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ;
- Oficina Pais e Mães Online;
- Saúde Mental e Trabalho no Poder Judiciário;
- Metodologia de Análise e Solução de Problemas;
- Gestão da Qualidade.

INDICADOR 33:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CNJ avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



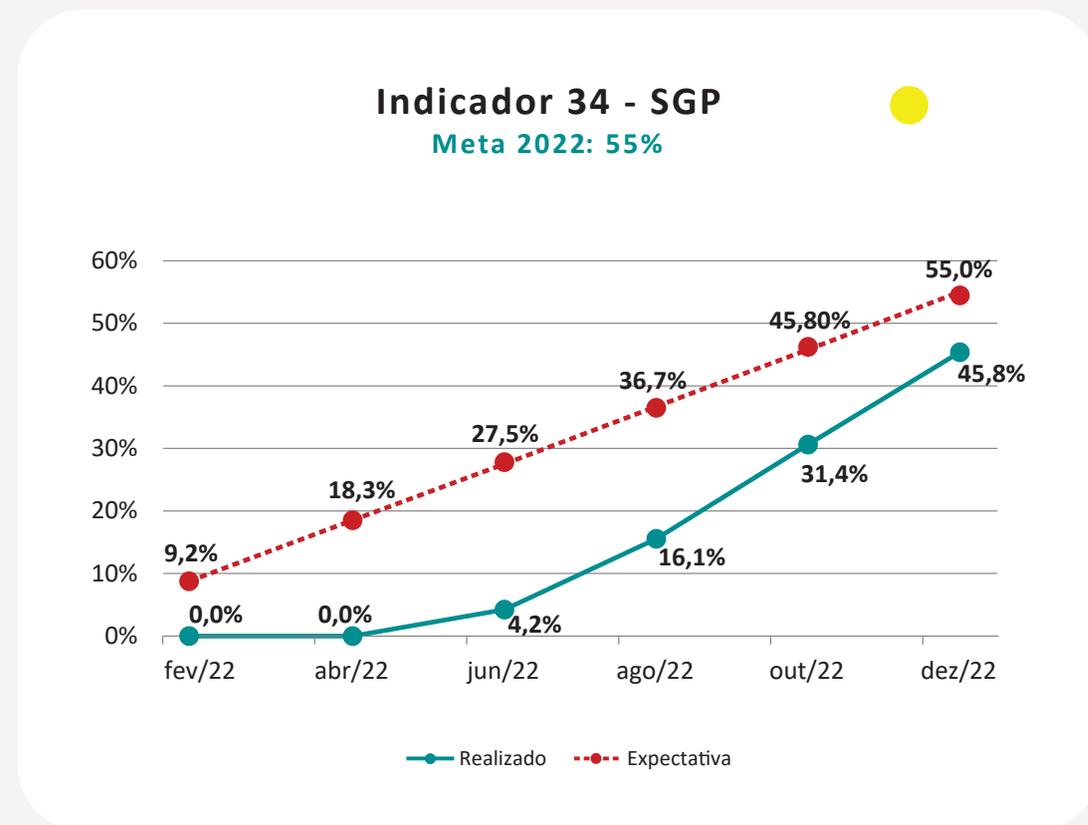
RELAÇÃO DOS TREINAMENTOS REALIZADOS

- Ambientação de Novos Conselheiros e Assessores
- Manutenção Predial
- Acessibilidade Aplicada
- Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões
- Treinamentos da Plataforma de Aprendizado da Alura
- Programa Avançado em Comunicação Pública 2022
- Treinamento sobre processo de aquisição de sistema de RH
- 7º Compliance Across Americas
- Uso de álcool e outras drogas
- Palestra Reabertura do prazo de migração de regime de previdência e seus efeitos
- Balcão de dúvidas
- Curso de Sustentabilidade
- Curso Cálculo de benefício especial - previdência efeitos
- Excel - Básico e intermediário
- Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público
- CONHECENDO A CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA
- Conbrascom (Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça)
- Opinião pública e Justiça em dois atos: da lei aos desejos
- Análise e avaliação das demonstrações contábeis do setor público
- Curso de Formação para a nova Gestão - 2022
- SEO - Search Engine Optimization
- Palestra Reabertura do prazo de migração de regime de previdência e seus efeitos
- Previdência complementar - Balcão de dúvidas
- A Nova Lei de Licitações: tópicos essenciais
- IA-CM - ONLINE

INDICADOR 34:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DO CNJ avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



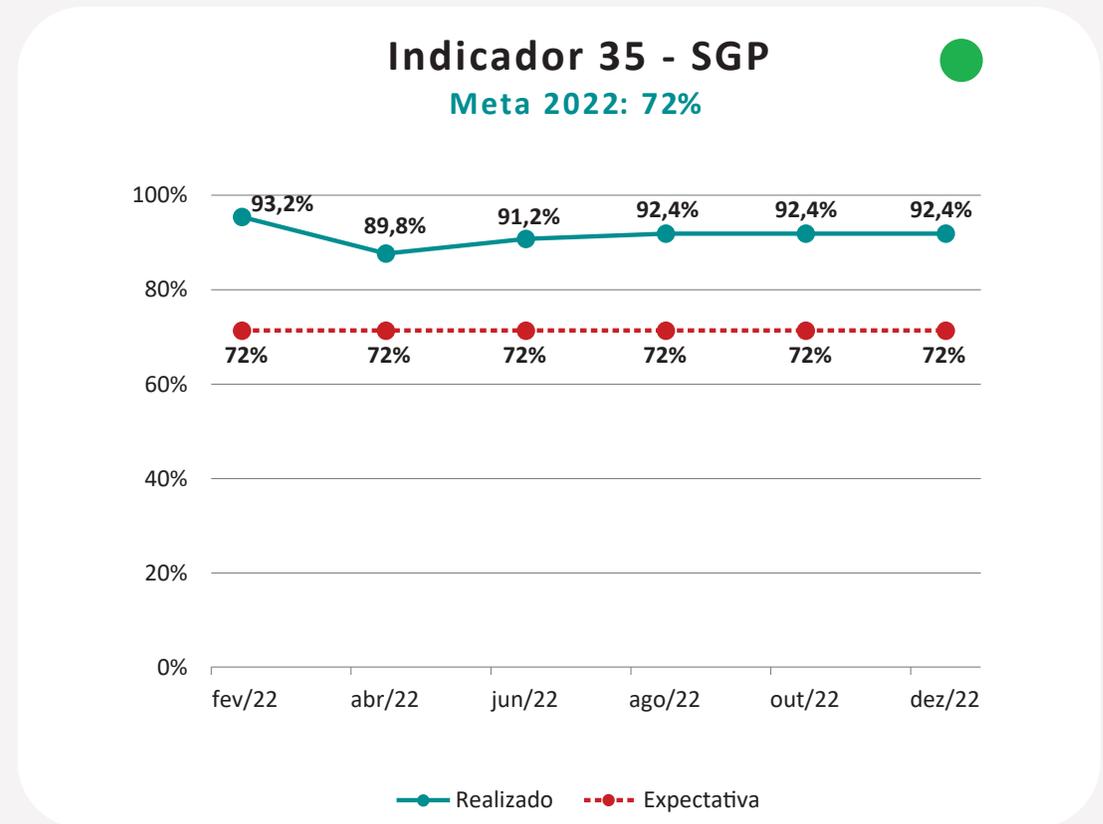
RELAÇÃO DOS TREINAMENTOS REALIZADOS

- Prevenção ao suicídio - orientando e fortalecendo os laços de cuidado
- Liderando a Mudança
- Gestão de conflitos
- Gestão de Equipes
- Troca de Saberes: Governança e Inovação
- Troca de Saberes: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Troca de Saberes: Departamento de Gestão Estratégica
- Diálogos em Gestão Estratégica de Pessoas
- Ciclo de Debates sobre Diversidade - 1º dia
- Ciclo de Debates sobre Diversidade - 2º dia
- Prevenção ao suicídio - orientando e fortalecendo os laços de cuidado
- Liderando a Mudança
- Gestão de conflitos

INDICADOR 35:

AVALIAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES REALIZADAS avalia a qualidade do treinamento realizado. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

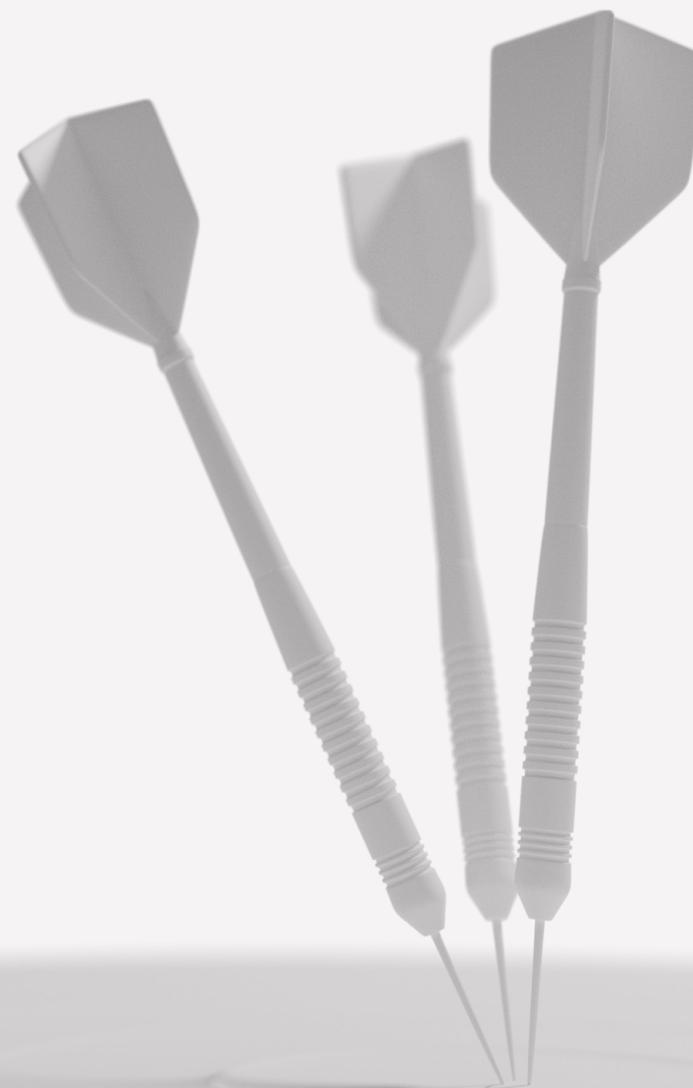


Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	Dimensionamento de Pessoal Dimensionar o pessoal do Conselho Nacional de Justiça.	SGP	100%	100%
●	Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal Elaborar cursos, materiais e ferramentas de capacitação na modalidade de Educação a Distância (EaD).	SEP	70%	70%
●	Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário Estimular, por meio de ações de sensibilização e de formação de gestores e servidores, a implantação de programas de integridade e compliance no Poder Judiciário.	SEP	31%	33%

Objetivo Estratégico 17: Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

Aprimorar a assistência à saúde; fomentar a adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de agravos, ambiente de trabalho confiável e seguro, condições de trabalho adequadas, organização do trabalho humanizada, relações socioprofissionais saudáveis, reconhecimento no trabalho e perspectiva de crescimento profissional, melhoria no desempenho e aumento dos níveis de produtividade.

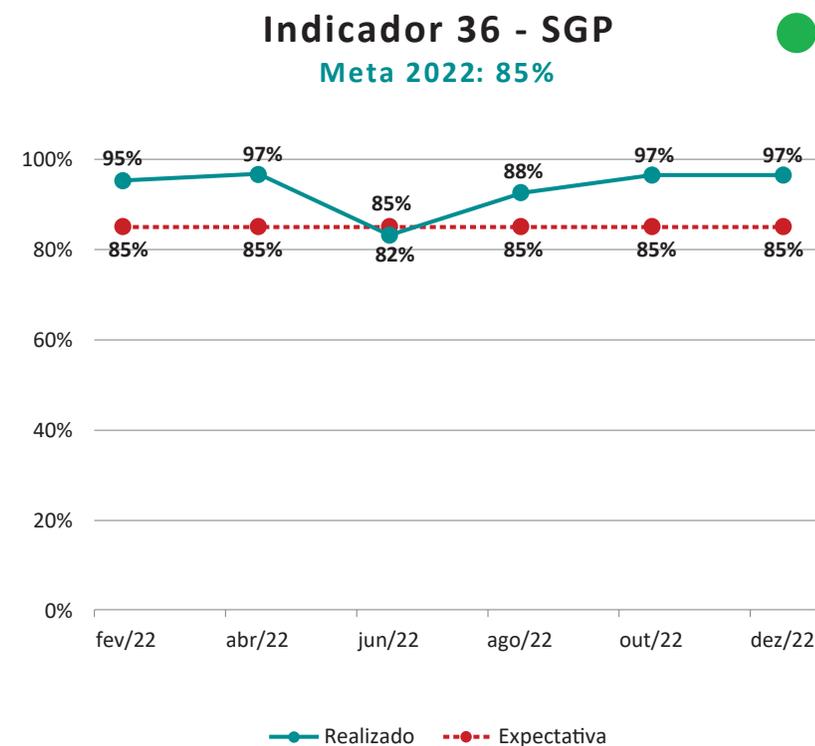


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 36:

SATISFAÇÃO QUANTO ÀS AÇÕES DE SAÚDE E QVT mede a satisfação dos participantes quanto às iniciativas de saúde e de qualidade de vida no trabalho realizadas. Considerar-se-á avaliação satisfatória a obtenção dos dois pontos mais positivos dentro da escala de aferição. Para cada iniciativa, o percentual é calculado da seguinte forma: (somatório de respondentes nos pontos 3 e 4 da escala)/(total de respondentes)*100. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 18: Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

Desenvolver ações para aprimorar o planejamento e a execução orçamentária e financeira nos órgãos do Poder Judiciário e do CNJ, com o fito de buscar maior eficiência na gestão dos recursos, englobando expedição e revisão de normativos, ferramentas informatizadas, aperfeiçoamento de processos de trabalho, tratamento das informações e elaboração de diagnóstico.

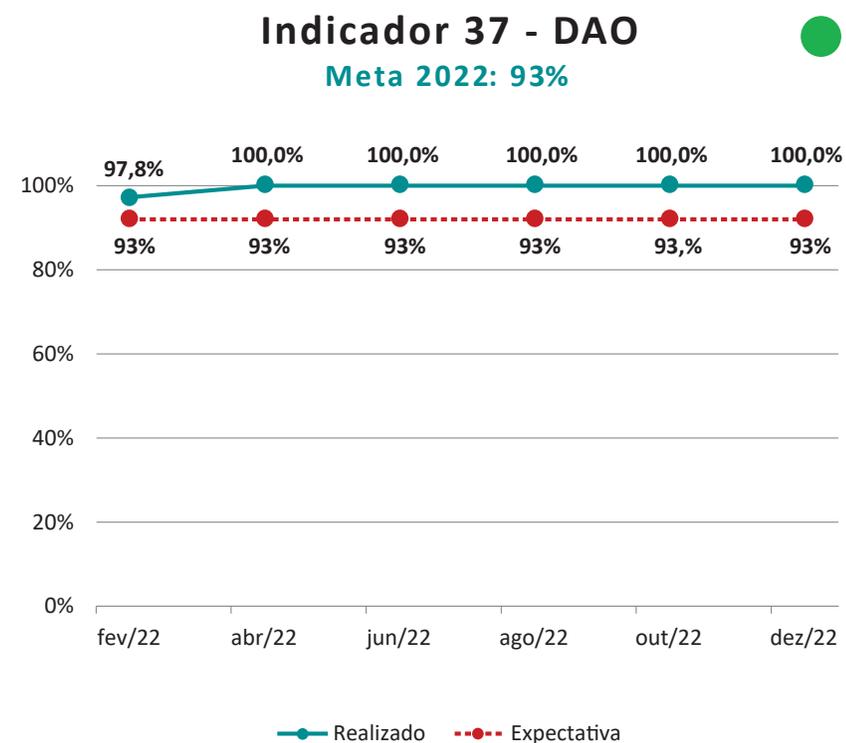


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 37:

ÍNDICE DE PUBLICAÇÕES DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS TRIBUNAIS, mede o percentual de tribunais que disponibilizaram em seus sítios eletrônicos na Internet as informações orçamentárias exigidas pelas Resoluções CNJ n. 102, 195 e 303 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 54. É de responsabilidade do Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO).

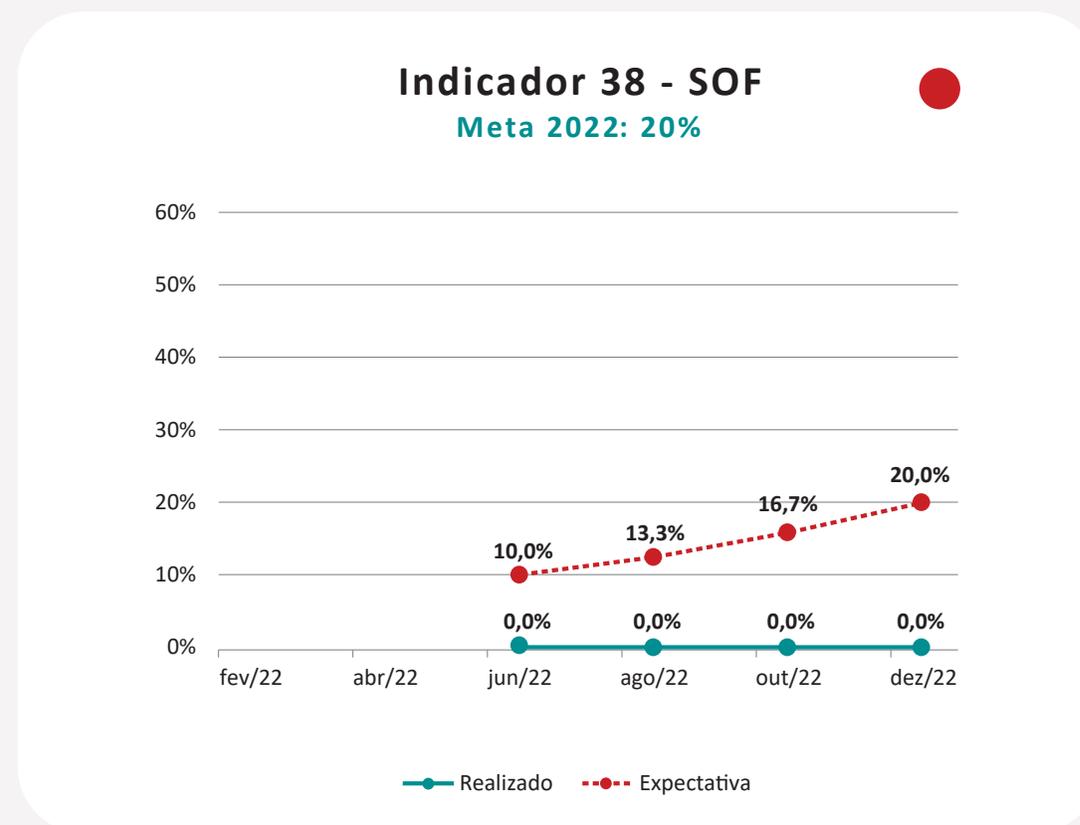
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 38:

CAPTAÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DO CNJ avalia o montante de recursos adicionados ao orçamento do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

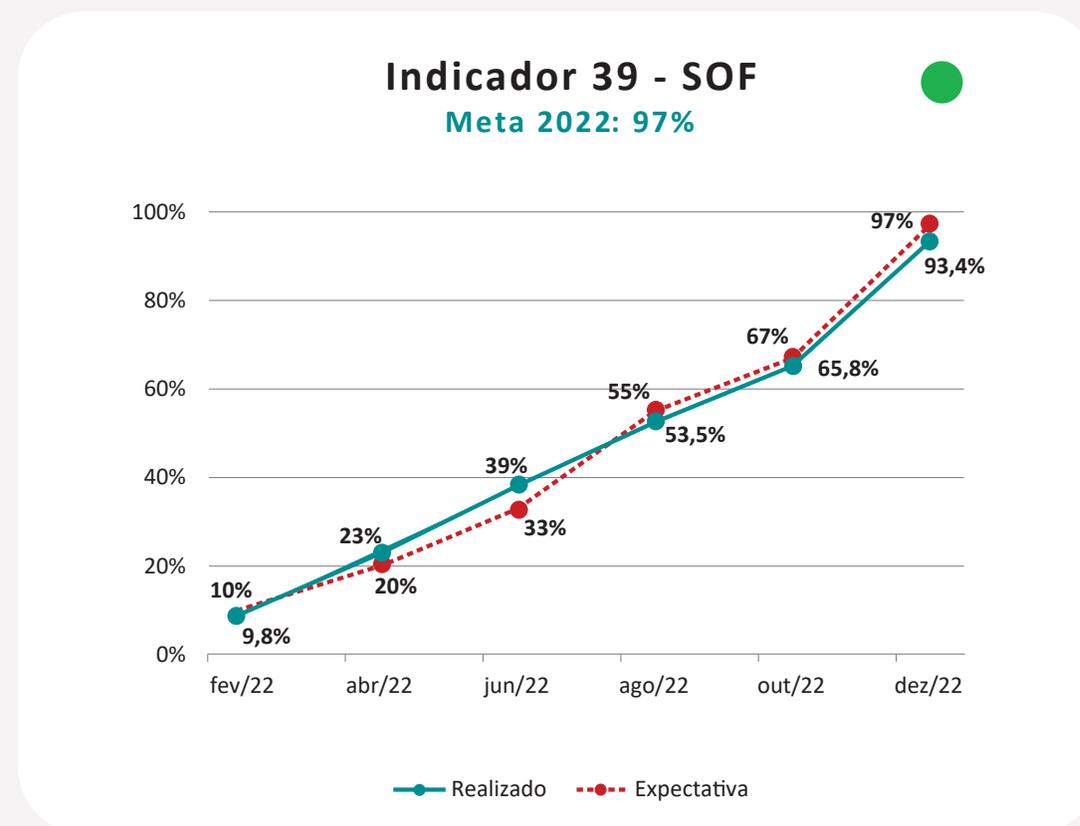
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 39:

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO CNJ avalia e acompanha a execução orçamentária do CNJ a partir dos pagamentos efetuados. É de responsabilidade da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA DO CNJ – 2022

Observa-se que, dos 18 objetivos estratégicos constantes no plano, 14 foram cumpridos, três parcialmente cumpridos e um não cumprido, um resultado com avanços, em comparação ao ano de 2021, quando se registraram 10 objetivos estratégicos cumpridos e oito parcialmente cumpridos.

Esses objetivos são desdobrados em indicadores de desempenho e projetos institucionais, e as metas são aumentadas ou mantidas, ano a ano, a depender do indicador.

Os projetos institucionais, computados no desempenho da estratégia, são somente aqueles que estiveram vigentes no período, os finalizados em 2021 não foram considerados, mas serão registrados na análise do término do ciclo 2021-2026. Há dois projetos que não tiveram a evolução atualizada em dezembro, e, portanto, aguarda-se a formalização de suas continuidades em 2023.

O Objetivo Estratégico 2 – Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias, composto pelos indicadores 5- Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais e 6 - Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais, em 2021, estava como parcialmente cumprido e, em 2022, está como não

cumprido. Registra-se que a meta do indicador 6 foi aumentada de 30% para 40% entre 2021 e 2022.

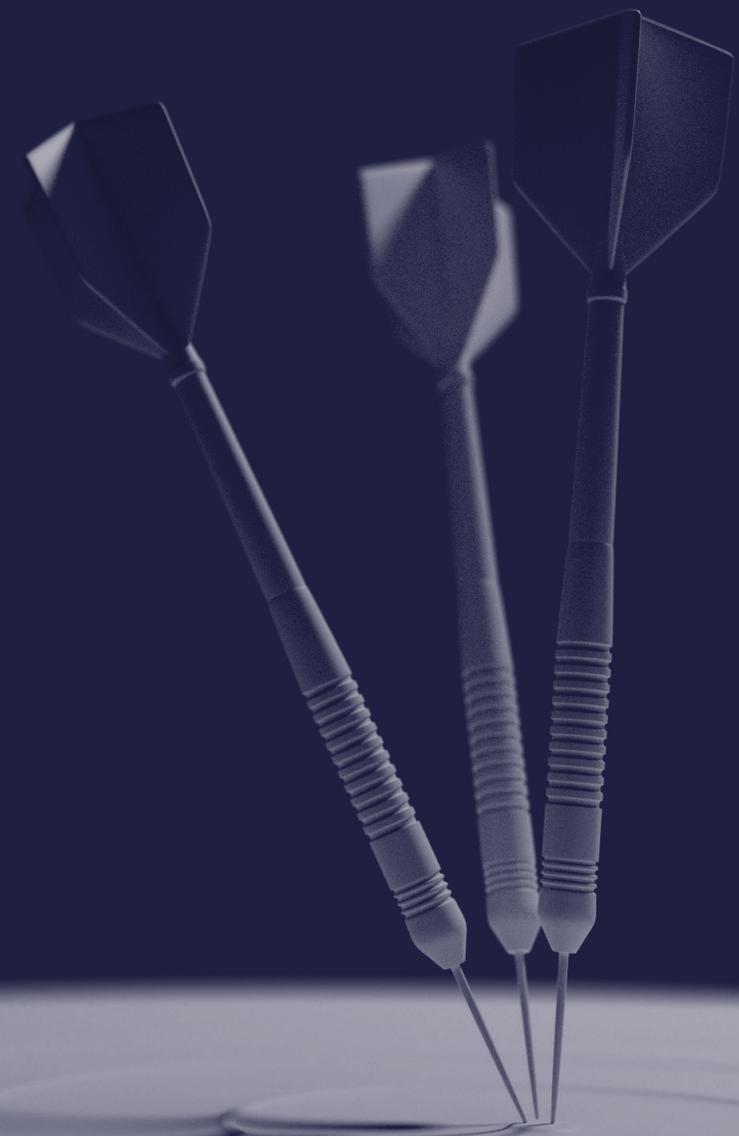
O Objetivo Estratégico 9 – Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças do Poder Judiciário, composto pelos indicadores 37 - Índice de publicação das informações orçamentárias dos tribunais, 38 - Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ e 39 – Execução do orçamento do CNJ, em 2021, estava cumprido e, em 2022, está parcialmente cumprido, em decorrência do desempenho do indicador 38.

Sobre os indicadores, observa-se que, em 2023, haverá necessidade de novos ajustes de metas, uma vez que ainda há resultados acima das projeções, e que, eventualmente, reformulações serão encaminhadas para melhor adequação ao desenvolvimento da estratégia.

Os projetos institucionais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), que fornece as informações de evolução para o monitoramento da estratégia. É importante ressaltar que o quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será

necessariamente o mesmo apresentado na apuração da estratégia pelas razões que seguem:

- a) para efeito de medição dos resultados da estratégia, só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados;
- b) há projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles não são medidos como projetos para evitar dupla contagem; e
- c) o ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado, e o planejamento faz leituras bimestrais.



CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA